

CORREIO REAL 30

Boletim da Causa Real produzido pela Real Associação de Lisboa

DEZEMBRO 2024

Ensaio

Centenário da morte de António Sardinha fundador do Integralismo Lusitano

por Carlos Bobone

Casa Real



Príncipe da Beira
apadrinha aniversário
da R.A.H. Bombeiros
Voluntários de Lisboa

ENTREVISTA

Augusto Ferreira do Amaral

“Teria sido um óptimo Rei, se os portugueses não andassem distraídos.”



CAUSA REAL
UM POVO, UMA PÁTRIA, UM REI

Foi impressionante a intervenção, a presença de espírito e a demonstração de coragem e de empatia de Filipe VI e da Rainha Letícia aquando da visita à localidade de Paiporta, nos arredores de Valência, epicentro da tragédia que se abateu naquela Comunidade no final de Outubro. A legitimidade dos Reis reforçou-se ao não terem virado as costas à população atingida, mesmo a mais indignada e em maior sofrimento, e para a qual tardava uma resposta dos governos regional e nacional. Ao optarem por viajar com Pedro Sánchez, mais do que darem cobertura àquele político inenarrável, os Reis de Espanha contribuíram para uma clarificação das virtudes da instituição que representam, em chocante contraste com a cobardia do Presidente do Governo espanhol que, em pânico, virou costas aos protestos populares. Nesse dia, ficou ainda mais claro que o Rei colocou a sua vida ao serviço da Pátria e dos seus compatriotas e que Sánchez está apenas de passagem.

Este episódio remete para o equívoco que por cá representa o Chefe de Estado. Não sendo tradição em Portugal – como não é em Espanha – que este seja o responsável pelo governo do País, cabe-lhe “apenas” um papel de mediação e de representação: o de ser a “pátria com figura humana” de que ficámos órfãos em 1910. É por isso que, para mim, o ritual quinquenal da luta partidária para o lançamento das putativas candidaturas à presidência da república é um profundo enfado. Para nós, monárquicos, é como se a Nação fosse obrigada a encarar uma mudança de bandeira ou de hino, em leilão eleitoral, a cada cinco anos.

“Talvez seja tempo de olharmos para a nossa Chefia de Estado e de lhe conferir mais dignidade. Vivemos todos bem entretidos, mas, verdadeiramente, não sabemos se um dia essa dignidade não virá a ser vital.”

Ao contrário do que se pensa, o nosso actual regime semipresidencialista é herança da monarquia liberal, característica que os autores da Constituição de 1976 acharam por bem repescar. A flexibilidade do poder moderador durante a monarquia constitucional permitiu estilos de reinados bastante diferentes: o de Dom Luís, que grosso modo se limitou, mantendo higiénica distância, a deixar os partidos governarem, e o do seu sucessor, Dom Carlos, que, para mal dos seus (nossos?) pecados, usando os instrumentos constitucionais e a magistratura de influência, sentiu a necessidade - que muitos lhe exigiam e a que este resistiu até poder - de agir para reformar um regime em acelerada degradação. Pagou o seu empenhamento e a sua determinação com a vida.

Voltando à questão levantada no início deste texto: talvez seja tempo de olharmos para a nossa Chefia de Estado e de lhe conferir mais dignidade. Vivemos todos bem entretidos, mas, verdadeiramente, não sabemos se um dia essa dignidade não virá a ser vital.

João Távora
Director e presidente da Direcção da Real Associação de Lisboa



O CORREIO REAL É O BOLETIM MONÁRQUICO DA CAUSA REAL PRODUZIDO PELA REAL ASSOCIAÇÃO DE LISBOA

Praça Luís de Camões, 46, 2.º Dto.
1200-243 Lisboa

Atendimento de segunda a sexta-feira,
das 11 às 14 horas

Telef: [+35 1] 21 342 8115/21 342 9702

Email: secretariado@reallisboa.pt

Todos os números do boletim em pdf em:
www.reallisboa.pt

Real Associação de Lisboa



Foto da capa ©Nuno Albuquerque

CORREIO REAL

Direcção e coordenação: João Távora
Redacção: João Vacas, João Távora, Pedro Velez, Carlota Cambournac (revisão final)
Design e edição: Ana Olivença
Produção: Sinapse Media
Impressão: Nova Gráfica do Cartaxo
1800 exemplares
Isenta de Inscrição na ERC ao abrigo do Decreto Regulamentar 8/99 de 9 de Junho, artigo 12º, nº1, alínea a)



Pedro Quartim Graça
Presidente da Direcção
Nacional da CAUSA REAL



O movimento monárquico e o futuro da monarquia

Num recente editorial publicado no último número da Real Gazeta do Alto Minho, que José Aníbal Marinho intitulou de "MONARQUIA E MOVIMENTO MONÁRQUICO", o autor trouxe-nos à memória, de forma muito oportuna, que "a queda da monarquia em Portugal, em 1910, resultou de um conjunto complexo de factores políticos, sociais e económicos. No entanto, não se pode ignorar a responsabilidade de alguns setores monárquicos que, ao invés de fortalecerem a estrutura monárquica e corrigir as suas fragilidades, contribuíram, directa ou indirectamente, para o seu colapso.", escreveu.

Recorde-se que, à época, finais do século XIX e início do século XX, "Portugal enfrentava uma grave crise económica e social na qual o descontentamento popular crescia à medida que o fosso entre as elites e o povo se alargava e os partidos monárquicos mostravam-se incapazes de lidar com esses desafios de forma eficaz."

Escreve o autor a este propósito: "O regime depressa se tornou vulnerável às críticas e ataques dos republicanos, em grande parte devido a lutas internas e à falta de uma visão estratégica unificada, para a defesa da monarquia. A divisão entre os monárquicos regeneradores e progressistas minou a união do regime, criando um ambiente propício para o crescimento da oposição republicana, acabando por enfraquecer a capacidade de reacção contra os movimentos revolucionários que culminaram na revolução de 5 de Outubro de 1910, apesar de, nas eleições de 28 de Agosto de 1910, o partido republicano ter obtido apenas 9% dos votos. "38 dias após este acto eleitoral", assinala, "a república foi instaurada pela força, através de uma revolução em Lisboa e, comunicada, ao resto do país por telégrafo, facto este que só se consegue explicar

pelos conspirações e rivalidades existentes entre os diferentes grupos monárquicos que se encontravam divididos."

Estes acontecimentos merecem natural reflexão na actualidade por parte do movimento monárquico. Tanto no sentido de evitar repetir erros, como na eliminação de eventual falta de coordenação e de conflitos internos, mas, também, no desejo que alguns não se deixem levar ou contribuir para a existência de disputas de "poder", poder esse que, na realidade, inexistente na prática.

Independentemente disso, a verdade é que, mais de 100 anos decorridos, o movimento monárquico soube resistir, enfrentando todavia na actualidade desafios múltiplos que vão desde a sua dificuldade em atrair novos apoiantes até à questão da necessidade de se conseguir afirmar no tempos conturbados em que vivemos, com a crescente ameaça de uma globalização feroz e profundamente contrária ao conceito de "Pátrias".

Só cumprindo esse desiderato se poderá a Monarquia afirmar como uma alternativa política séria para os portugueses.

Tal como à época, a actual incapacidade de alguns em unirem esforços para fortalecer o movimento, aliada a uma cultura de constante crítica interna destrutiva, acaba por minar o potencial de crescimento da causa monárquica.

Importaria, inversamente, que todos focassem as suas energias na criação de plataformas de discussão e na organização de eventos que aproximem o público da ideia de uma possível restauração monárquica e solidificassem o movimento como um todo.

Só assim é que o movimento monárquico pode vir a ser altamente relevante dentro do panorama político português e consolidar definitivamente o papel alternativo da Monarquia e do Rei.

30

ÍNDICE

4

PRIMEIRA PESSOA

• Sua Alteza Real o Senhor Dom Duarte, Duque de Bragança

6

OPINIÃO E DEBATE

• Sem rei nem noque | João Távora
• A LUSA ainda confusa | João Vacas
• Evocando S. Tomás sobre a Realeza | Pedro Velez

12

ENSAIO

• A Herança de António Sardinha (1887 - 1925) | Carlos Bobone

18

CONVIDADO ESPECIAL

• Tomás Araújo Moreira | João Távora

20

DOSSIER

• Rainha Guilhermina dos Países Baixos | António Pinheiro Marques

23

ENTREVISTA

• Augusto Ferreira do Amaral | João Távora

28

NOTÍCIAS REAIS

32

NOTÍCIAS DA CASA REAL PORTUGUESA

• Chefe da Casa Real entrega prémios do The Duke of Edinburgh's International Award Portugal no Funchal
• Príncipe da Beira apadrinha aniversário da Real Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Lisboa
• Chefe da Casa Real Portuguesa com o Santo Padre em Timor

36

BIBLIOTECA - por Vasco Rosa

• Uma mão cheia de livros



Sua Alteza Real o Senhor
Dom Duarte, Duque de Bragança

As consequências do confisco de conventos e mosteiros em Portugal e nos territórios ultramarinos portugueses são a principal causa do nosso atraso económico e cultural.

Importa conhecer as consequências da extinção e do confisco das ordens religiosas em Portugal.

Com este objectivo, acho oportuna a transcrição de um notável livro de Gérard Leroux, antigo assistente da Faculdade de Letras de Lisboa, intitulado “Uma visita ao Mosteiro de Alcobaça”, que foi publicado em 2017 no jornal “O Alcoa”. O artigo termina abordando as circunstâncias da extinção desse Mosteiro em Outubro de 1833. O texto foi recentemente publicado em livro editado pela Paróquia de Alcobaça.

Como sabem, o Mosteiro foi extinto na sequência da guerra civil que opôs, entre 1831 e 1834, os partidários dos dois filhos de Dom João VI, Dom Miguel e Dom Pedro. Ora, acerca da atitude tomada pelos monges durante esse conflito, certos historiadores têm afirmado que, na altura, os Cistercienses “jogaram a carta errada”: se tivessem apoiado, dizem eles, Dom Pedro em vez de Dom Miguel, não teriam sido aniquilados. Esta interpretação da história é completamente errada. Por várias razões. Referirei apenas duas.

A primeira é que os Cistercienses não eram “políticos” – nem mesmo no sentido vulgar do termo, isto é, “oportunistas”. Por isso, essa ideia de eles “jogarem cartas” sobre o futuro do País – a espreitar quem poderia vencer – é totalmente descabida. A vida espiritual, o destino de uma ordem monástica, não é uma partida de poker à volta de uma mesa de jogo. Os monges eram homens de Deus, e a sua principal preocupação era, nas circunstâncias trágicas que Portugal atravessava, permanecerem fiéis à sua vocação e ao que sempre tinham sido: bons servidores de Deus e da Pátria, de acordo com os princípios fundamentais da doutrina católica.

Sobretudo, não ignoravam – e é esta a segunda, e principal, razão – que a Revolução tinha jurado a sua morte.

Sem remontar até Pombal e às suas perseguições contra os Jesuítas (que se estenderam, já naquela altura - pouca gente sabe isso -, a outras Ordens, como as dos Franciscanos e dos Agostinhos, e, até, dos Cistercienses), as hostilidades tinham começado logo em 1820, com a primeira revolução liberal.

No meio dos liberais (cujos líderes eram geralmente ateus ou, pelo menos, agnósticos), havia, decerto, católicos, mas esses católicos liberais, já meio protestantizados, nada fizeram ou nada puderam fazer contra a corrente mais forte do liberalismo, que era, na sua essência, anti religiosa e anticatólica. Aliás, após 1820 tudo foi piorando, e muito rapidamente, para a Igreja.

O Cardeal Patriarca de Lisboa, ameaçado de morte, teve que fugir para o estrangeiro, e os mosteiros foram, financeiramente, cerceados. Muitos, até, receberam ordens de encerramento. Sendo assim, como é que os monges, quando deflagrou o conflito, poderiam ter apoiado Dom Pedro, para quem as Ordens Religiosas se tornaram uma espécie de questão pessoal, uma verdadeira obsessão? Os monges não eram masoquistas. Por isso, não hesitaram em oferecer todo o seu apoio a Dom Miguel,

“Quem se recorda, hoje em dia, dos Franciscanos chacinados em Lisboa, e noutras cidades do País, em Julho de 1833? Franciscanos e não só...”

que, para além de ser o Rei legítimo, a quem tinham dado obediência, prometera defendê-los como os seus antepassados sempre o tinham feito, durante sete séculos (...).

Não houve nada de baixo, de medíocre, de “político” na atitude das Ordens Religiosas que, opondo-se à sua própria destruição, apoiaram unanimemente

Dom Miguel e foram por isso, ainda antes do desfecho da contenda, tratadas como se sabe, ao ponto de escandalizar o próprio Herculano.

Quem se recorda, hoje em dia, dos Franciscanos chacinados em Lisboa, e noutras cidades do País, em Julho de 1833? Franciscanos e não só...

Tinha, pois, toda a razão Dom Frei Fortunato de São Boaventura quando dizia que, através das Ordens Religiosas – das mais opulentas às mais pobres –, era o próprio Cristianismo que se procurava aniquilar.

“Em 1910, a primeira República portuguesa tornou a atacar a obra social e cultural que a Igreja tinha recomeçado a erguer.

Creio que isto tinha que ser lembrado, aqui, em Alcobaça, neste Mosteiro onde palpitou, durante tantos séculos, o coração, e diria mesmo, sem exagero, a consciência de Portugal como nação soberana e católica.

Actualmente, poucas pessoas nos países ocidentais põem em causa a superioridade dos regimes democráticos pluripartidários. Felizmente, a maioria dos regimes democráticos respeitam a liberdade religiosa. Só as repúblicas de orientação marxista é que ainda perseguem a Igreja Católica e as outras Igrejas Cristãs.

As consequências do confisco de conventos e mosteiros em Portugal e nos territórios ultramarinos portugueses são a principal causa do nosso atraso económico e cultural. As ordens religiosas mantinham contactos frequentes entre os vários países onde actuavam, transmitindo entre eles métodos pedagógicos, técnicas agrícolas, etc. Quase todos os hospitais eram geridos e servidos por monges e freiras. Mas não só a saúde estava nas mãos das Ordens, como também o ensino básico, primário e o que se chamaria hoje o ensino técnico profissional. Compreende-se assim que quando um Estado dito liberal quis controlar estes sectores, decidiu atacar e destruir o trabalho multiseccular das ordens religiosas.

Já anteriormente, o Marquês de Pombal praticara a mesma política, mas especialmente contra os Jesuítas. Em 1910, a primeira República portuguesa tornou a atacar a obra social e cultural que a Igreja tinha recomeçado a erguer. Quando das independências dos

territórios portugueses ultramarinos, voltou-se a cometer o mesmo erro, embora com mais moderação. Quando o Movimento das Forças Armadas entregou os territórios ultramarinos aos partidos marxistas-leninistas, o mesmo erro tornou a acontecer. Curiosamente, foram os militares cubanos em Angola que protegeram as instituições educativas católicas, pois sabiam o quanto o seu próprio país lhes ficara a dever.

Texto a negrito retirado do livro “Uma Visita ao Mosteiro de Alcobaça” de Gérard Leroux.

Leituras obrigatórias

Falando de leituras obrigatórias, e para quem se preocupa com estes temas, recomenda-se igualmente a leitura do livro “As causas do atraso Português - Repensar o passado para reinventar o presente” de Nuno Palma, editado pelas Edições Dom Quixote. Este aborda, de modo lúcido, os motivos políticos e económicos que levam a que Portugal seja um dos países mais atrasados da Europa, apesar de todo o apoio económico recebido da União Europeia.

A conclusão a que se chega é a de que o nosso atraso tem origem em acontecimentos históricos, particularmente na época do confisco e expulsão da Companhia de Jesus e no triunfo da Revolução Liberal. Os jesuítas tinham criado um sistema de ensino secundário, cujo número de alunos só voltou a ser igualado mais de cem anos depois, na II República. Agravando ainda mais essa situação, uma das primeiras medidas tomadas pelo Governo Liberal, presidido pelo ex-Imperador do Brasil, Dom Pedro I, foi o confisco de todos os conventos e mosteiros portugueses. Estes desempenhavam um papel fundamental na saúde pública e no ensino básico e agrícola.

Daqui e Dali

“A chefia do Estado, em República, é um palco de luta de política de uma parte do eleitorado contra outra, de uma maioria conjuntural com outras maiorias conjunturais, de apoio a forças vencedoras da mesma área política de onde provém, de criação de dificuldades ou mesmo de bloqueio às que não comungam da sua visão ideológica e política.”

João Mattos e Silva, *Diário Digital*, 2010

Sem rei nem roque

JOÃO TÁVORA



Bandeira da Carbonária (organização terrorista secreta republicana)

Depois de aqui há anos, no centenário da República, ter sido realizado o maior escrutínio historiográfico alguma vez feito a este período negro da nossa história, seria natural que os bem-intencionados titulares do regime se envergonhassem um pouco no momento de o festejar: a revolução de 5 de Outubro de 1910, definitivamente, não merece quaisquer celebrações num país que pretenda ser civilizado.

Mas, porque a memória é curta, atrevo-me a fazer hoje uma pequena síntese daquele período de terror, emergente do feroz regicídio, o assassinato do Rei Dom Carlos e do Príncipe Dom Luís Filipe, acicatado pelas mais indecorosas campanhas de propaganda populista pelos extremistas na imprensa livre das cidades de Lisboa e Porto, que fariam corar de vergonha os seus homólogos da actualidade.

Poucos anos antes de 1910, o PRP era um partido sem implantação nacional, só com alguma expressão nos grandes centros urbanos, como acontece actualmente com os partidos da esquerda radical: as suas estruturas paroquiais não funcionavam, e os seus líderes detestavam-se, passando o tempo em intrigas e guerras intestinas. Por isso, apesar de um crescimento no reinado de D. Manuel II, entre os anos 1908/10, o triunfo da República no 5 de Outubro foi recebido com surpresa e incredulidade por quase todo o país, em particular pelos próprios republicanos. São muitos os testemunhos nesse sentido. Os portugueses, ainda mal refeitos do escândalo do regicídio, nem imaginavam o que os esperava.

O facto é que, nos tempos que se seguiram à revolução, foi implantado um dos regimes mais intolerantes e violentos que Portugal alguma vez teve. Com a demissão ou exílio das antigas elites, militares e civis, a aceleração da decadência das instituições, o caos da vida pública, as prisões políticas em massa,

os assassinatos, as bombas e tiroteios, a repressão da imprensa livre, materializada na destruição, assalto e violência exercida sobre os jornais e os jornalistas, o processo atingiria píncaros impensáveis a 19 de Outubro de 1921.

Nesse dia, um levantamento militar obscuro



conhecido por Noite Sangrenta, fez percorrer uma "camioneta-fantasma" por Lisboa em busca de diversas figuras do regime republicano, que foram executadas a sangue-frio por um grupo de marinheiros chefiado pelo Cabo Abel Olímpio, homem sinistro conhecido pela alcunha de "Dente d'Ouro". O País, há muito arrastado pelo chão, afundava-se na lama. Nessa terrível noite, foram assassinados entre outros, o Presidente do Conselho de Ministros, António Granjo, e Machado Santos e Carlos da Maia, "heróis da Rotunda". A instabilidade política e social que, entre 1910 e 1926, resultou em 45 governos e sete presidentes da República, um dos quais assassinado a tiro (Sidónio Pais), reflecte bem um país sem rei nem roque.

Todo este processo de violência e acelerada decadência, a perseguição aos católicos, que eram a grande maioria dos portugueses, os assaltos e encerramentos de jornais, a restrição acentuada do direito de voto, as prisões políticas, a criação da Formiga Branca, e todo o terrorismo patrocinado pelo Estado, contribuiu definitivamente para o golpe militar de 1926 e a emergência do Estado Novo. O silêncio acrítico da maioria da historiografia do Estado Novo quanto ao regime tenebroso que o antecedeu foi por certo um alto preço pago por Salazar para



Piquete da Formiga Branca.

manter o apoio dos republicanos, deste modo postos em sossego.

Como seria de esperar, as promessas republicanas de delirantes amanhã que cantavam depressa se revelaram em desavergonhadas mentiras. Desde logo quanto à discriminação da participação política das mulheres na vida pública. De facto, foi a I República que excluiu pela primeira vez as mulheres da vida cívica, ao negar-lhes por lei o direito de voto, depois de a médica Beatriz Ângelo ter alcançado esse intento ao votar nas primeiras eleições republicanas, em 28 de Maio de 1911, aproveitando as indefinições existentes no enunciado de uma Lei... da monarquia. Quando se falou do voto feminino pela primeira vez na Assembleia Constituinte de 1911, a sugestão foi recebida com uma frase curta, lacónica, recusando categoricamente a utilidade do voto feminino: "Tem dado lá fora (o alargamento do sufrágio) mau resultado porque as mulheres têm sido quase todas reaccionárias" (Actas da Assembleia Nacional Constituinte. Sessão n.º 21, de 14 de Julho de 1911). Na "História da República", de Raúl Rego, pode ler-se que a legislação de 1913 retirou o voto aos analfabetos e às mulheres, significando isto que "a República, na igualdade dos sexos, voltava sobre si mesma e à discriminação da mulher, anjo do lar". A "democracia" emergente do 5 de Outubro assentou na redução do eleitorado de 70% para 30% dos homens adultos em Portugal



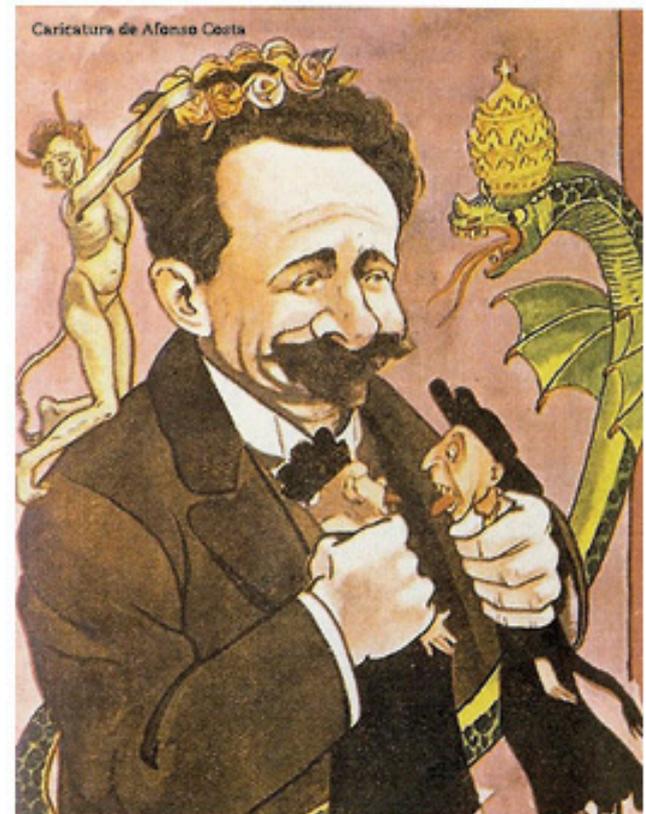
Convite para sessão inaugural da Assembleia constituinte – só para homens.

Com o 5 de Outubro de 1910 iniciou-se um período de violenta perseguição religiosa em Portugal. A Igreja viveu por esses dias um período de semiclandestinidade durante o qual diversos membros do clero foram sujeitos à prisão, a maus-tratos e à morte. No Natal de 1910, com as Igrejas tomadas pelos republicanos, a Missa do Galo foi celebrada à porta fechada, com acesso limitado, e poucos tinham acesso aos "bilhetes" de entrada distribuídos às escondidas.

Curiosamente, não será coincidência a acrisolada devoção dos republicanos ao Marquês de Pombal, na mesma medida em que tomaram os jesuítas como

bodes expiatórios, tão insistentemente perseguidos pela propaganda revolucionária. É sintomático que a reverência ao tirânico primeiro-ministro de Dom José tenha perdurado ao longo das décadas, e a sua estátua, a maior de Lisboa, tenha sido inaugurada em 1934 em pleno Estado Novo. De facto, o Marquês de Pombal, além da perseguição aos jesuítas, era tido por um herói inspirador do Partido Republicano Português. O seu centenário foi celebrado ruidosamente pelo PRP, em 1882, e sobre o déspota foram proclamados os maiores encómios, como este: "A barbaridade, essa era do tempo e nada tem que admirar no supplicio dos Tavoras. O que temos a notar, porem, é que o rigor do ferreo ministro cahia igualmente implacável sobre nobres e plebeus, sobre os poderosos e sobre os parias!"; ou este: "O despotismo, a tyrannia de que se argue Pombal, era imposta pelas necessidades, como o único meio de chegar à liberdade" (M. Emygdio Garcia). Robespierre e Saint-Juste não diriam melhor

Os jesuítas foram impiedosamente acoçados, nos dias seguintes à implantação da República, e são sinistros os relatos do jornalista Valentine Williams, correspondente do *News-Chronicle* que chegara a Lisboa para testemunhar os acontecimentos. O seu relato do



bombardamento e assalto popular ao colégio jesuíta do Quelhas é impressionante, tendo o próprio, ao ser confundido com um padre da Companhia, sido detido, preso por uma corda, arrastado e conduzido à sede do Governo Civil, onde conseguiu identificar-se e ser libertado, não sem antes lhe terem inspecionado a nuca à procura da tonsura. Na sequência do seu testemunho da destruição em curso no Colégio, dirigiu-se ao Ministro dos Negócios Estrangeiros,

Bernardino Machado, pedindo-lhe que pusesse cobro à destruição da valiosa biblioteca. A resposta do futuro presidente da República – que curiosamente ou talvez não, não acabou nenhum dos seus dois mandatos – foi lacónica: “A propriedade desses patifes está sequestrada pelo povo Português”, declarou com a solenidade de um mocho. “O povo está no seu direito. Não há nada que eu possa fazer. Bom dia”.

Dos milhares de presos políticos da Primeira República também pouco se fala. Em 1913, já as notícias sobre maus-tratos que lhes eram infligidos tinham transposto fronteiras e conquistado as atenções da opinião pública nos países com mais ascendente sobre a nação lusa. Os grandes órgãos da imprensa britânica, o *Times*, o *Spectator*, o *MorningPost*, reproduziam, com abundância de pormenores, os casos de humilhação, violência, tortura, abuso de poder e tratamento desumano nas prisões portuguesas – a República tinha, por exemplo, adoptado o humilhante capuz penitenciário. A Duquesa de Bedford, presidente da Associação de Visitadoras de Prisões, deslocou-se a Portugal nos princípios de 1913 e visitou várias prisões, onde encontrou motivos para um indignado protesto que publicou em Londres. Sobre este assunto aconselha-se vivamente a leitura do livro biográfico *Constança Telles da Gama – Fio-de-Prumo*, da autoria de Maria João da Câmara, que inclui pungentes testemunhos da selvajaria infligida a todos aqueles, das mais diversas classes sociais (os mais indefesos naturalmente, eram os mais humildes), que foram denunciados e detidos como monárquicos.

São contundentes os números relativos ao ensino, apresentados por Rui Ramos na sua História de Portugal publicada pela Esfera dos Livros: “O número de escolas primárias em funcionamento, que subira de 4.665 em 1901 para 6.412 em 1911, continuava em 6.750 em 1918. A taxa de escolarização, depois de aumentar de 22,1% para 29,3% entre 1900 e 1910, quase estagnou até 1920 (30,3%). Entre 1911 e 1920, o analfabetismo na população maior de 7 anos recuou apenas de 70,2% para 66,2%, isto é, desceu menos que entre 1900 e 1911”. Empenhados em reprimir o país que rebeldemente lhes resistia, cada vez mais miserável, a velha promessa de prover educação ao povo, “e acabar com a acabar com a religião católica em Portugal em duas gerações” – como declarou Afonso Costa, quando era ministro da Justiça e Cultos – poucos resultados teve.

No que respeita à censura e ao controlo da imprensa, o método utilizado na maioria das vezes foi o do empastelamento, do assalto e da destruição dos jornais que se atreviam a confrontar o regime, pela Formiga Branca, uma autêntica polícia política irregular, antecessora da PIDE, que existiu na órbita do Partido Republicano. Durante esse período, o

regime estabeleceu formas imaginativas, directas e eficazes de impedir o acesso do público aos textos críticos ou condenatórios do regime: o uso do assalto, da apreensão, da suspensão, e até da censura sem fundamento legal de jornais ou artigos foi tão frequente e continuado, que, no seu conjunto, constituiu um sistema repressivo sólido e consistente. A estratégia era a sustentação de um

regime que não aceitava a contestação dos seus fundamentos, e de uma classe política que não arriscava colocar em jogo a sua permanência no poder. É irónico que os ardinas tenham sido das maiores vítimas da Formiga Branca: quando apanhados viam-se despojados dos jornais, cuja venda era o seu ganha-pão. As correrias dos ardinas, em fuga pelas ruas do Bairro Alto, eram acontecimento quotidiano.

Uma pequena síntese do período de terror da I República, emergente do feroz regicídio, acicatado pelas mais indecorosas campanhas de propaganda populista que fariam corar de vergonha os seus homólogos da actualidade.



© Ardina a fugir do Guarda Republicano, in Papagaio Real, 1914

Sabemos que os herdeiros dos revolucionários de 1910 subsistem nos dias de hoje em Portugal. Habitam as margens radicais da esquerda portuguesa. Sendo uma minoria, têm exposição e palco desproporcionados à sua verdadeira dimensão. Ainda que muitos o não confessem, sabemos, até porque vemos o que escrevem e ouvimos o que dizem, que dificilmente hesitariam em usar métodos semelhantes, se o sistema o permitisse. Mas, mesmo assim, julgo que isso não justifica que não se comece a pensar em reformar o feriado do 5 de Outubro, associando-o a um acontecimento capaz de unir e mobilizar os portugueses, o da assinatura do Tratado de Zamora em 1143, consensualmente considerado o momento da fundação da nacionalidade.

O que passou está passado; as feridas, mesmo as mais profundas, estão, para a maioria dos portugueses, já curadas e mesmo esquecidas. Já não há justiça que se possa fazer. Mas ainda podemos ansiar por um futuro mais harmonioso que faça justiça à nossa História comum. Hoje, por esse país fora, em Lisboa, Coimbra e Guimarães, de forma invisível, celebra-se o 5 de Outubro bom. Nesse sentido, celebremos 1143, que é de todos, e esqueçamos 1910, que foi de muito poucos.

PORTUGAL FAZ BEM



A Fundação Gaudium Magnum - Maria e João Cortez de Lobão e o Museu Nacional de Arte Antiga, ao abrigo do protocolo "O Belo, a Sedução e a Partilha", apresentam a partir de 17 de Setembro de 2024, a obra *José, na Prisão, Interpreta os Sonhos do Padeiro e do Copeiro do Faraó*, de Alessandro Magnasco (1667-1749).

Nascido em Génova, activo em Milão e Florença, o pintor desenvolveu uma obra original, plena de intenção satírica mas também de reflexão filosófica. A pintura, em exibição no MNAA até ao fim de Janeiro de 2025, retrata um momento bíblico do Antigo Testamento em que José, preso injustamente no Egipto, interpreta os sonhos de dois companheiros de cela. O estilo distintivo de Magnasco sobressai na combinação das figuras alongadas e expressivas com o uso dramático de luz e sombra. Também a utilização da paleta de cores escuras carrega a cena de tensão e mistério. Esta pintura é um exemplo da capacidade do artista de capturar momentos intensos e psicológicos através de seu estilo barroco único.

info@gaudiummagnum.org
+351 218 075 070
Rua de São Bernardo, 31 R/C
1200-823 Lisboa

FUNDAÇÃO
 gaudium
magnum
MARIA E JOÃO CORTEZ DE LOBÃO

A LUSA anda confusa

JOÃO VACAS

Existe uma pessoa em Portugal que, por razões que se desconhecem, é recorrentemente identificada apenas pelos nomes próprios quando é referida em peças jornalísticas. Ao contrário de qualquer outro cidadão, a imprensa reserva esse tratamento estapafúrdio para o Duque de Bragança, despojando-o não apenas da forma costumeira de tratamento honorífico como do próprio apelido. O mais extraordinário é que esta alega fazê-lo em nome da igualdade e, com frequência, refugia-se nos chamados “livros de estilo” para sustentar essa prática lamentável.

Tomemos como exemplo o da LUSA. Ali diz-se que «A agência não toma partido (...) em questões sociais, laborais, religiosas, culturais ou ideológicas», e que «a busca de isenção exige o maior rigor na escolha do vocabulário», sendo «abolidas as palavras com carga política ou ideológica». Ao abolir a menção ao apelido do herdeiro da Coroa Portuguesa, a LUSA não apenas se esquece dos seus deveres de isenção, como toma rigorosamente partido pelo republicanismo mais jacobino, a que ninguém a obrigou, e que nenhuma instituição do Estado segue.

Na verdade, duvido que, de cada vez que são convidados para o Palácio de Belém, Suas Altezas Reais os Duques de Bragança recebam da Presidência da República envelopes em que se leiam “Duarte Pio e Isabel”. Não é preciso ser-se monárquico para compreender o absurdo, basta ser-se medianamente bem-educado...

O Tribunal Revolucionário, que tratou despectivamente Maria Antonieta de França por “viúva Capeto”, enquanto a vilipendiava e condenava ao martírio, é um lídimo precursor deste estimulante exercício de igualdade empreendido pela LUSA. Abolem-se os nomes para abolir as pessoas e o que estas representam. Estranha forma de não tomar partido.

“Abolem-se os nomes para abolir as pessoas e o que estas representam.”

O mesmo “Livro de estilo” sublinha que a LUSA «respeita o direito ao bom nome e imagem de qualquer pessoa ou instituição». Estranha forma de respeito, esta, em que se omitem os apelidos e as formas de tratamento costumeiras. Os tribunais, uma e outra vez, consideraram-nos dignos de protecção, mas a LUSA e a imprensa que lhe segue o “estilo” fazem tábua rasa da melhor jurisprudência e exibem um respeito diferente pelo bom nome do Senhor Dom Duarte de Bragança.

Nem me atrevo a falar da Instituição ou da Família Real porque é óbvio que a LUSA também as aboliu. Apesar disso, a televisão pública e privada reservam-lhes tempo de antena com regularidade e também a imprensa escrita não lhes é indiferente. Se dúvidas houvesse, atente-se no último casamento na Casa Real e na cobertura noticiosa e nas audiências que este motivou. Por esses dias, o “estilo” era outro; mais condizente com a História de um país com quase novecentos anos, que não a enjeita nem a secciona consoante o poder ou o regime de turno.

Mas a LUSA vai mais longe e assume que «incorpora por inteiro os valores constitucionais da igualdade

de estatuto, de direitos e de deveres de todos os cidadãos, sem qualquer exceção». No entanto, o que a Constituição estipula é que «Todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei». Em lado nenhum é dito que, em consequência desta disposição constitucional, «todas as pessoas devem ser designadas de igual forma» e que, em consequência dessa uniformidade de tratamento, «[e]xcluem-se, portanto, (...) os títulos académicos, os nobiliárquicos, confessionais, entre outros, a não ser em discurso direto ou no caso do nome de figuras históricas: por exemplo, D. Afonso Henriques». Peculiar guardião da isenção, do tempo e da verdade, é a LUSA que define quem são figuras históricas e em que período elas deixaram de poder existir.

“É a LUSA que define quem são figuras históricas e em que período elas deixaram de poder existir.”

Estranha forma de assegurar a igualdade, esta, em que se privam pessoas concretas de elementos essenciais da respectiva «identidade pessoal» que a mesma Constituição também protege. Recordo um excerto de um Acórdão exemplar do Tribunal da Relação de Lisboa que a LUSA manifestamente desconhece, mas que ganharia em conhecer:

Os títulos nobiliárquicos foram extintos pelo Decreto de 18 de Outubro de 1910. Sem prejuízo, encontramos diversas disposições que reconhecem o uso de títulos nobiliárquicos, em determinadas circunstâncias, não podendo deixar de se atribuir alguma relevância jurídica no contexto do direito de afirmação e de defesa do nome, direitos tutelados pelo ordenamento jurídico (...), partilhando-se a orientação de Meneses Cordeiro que preconiza (...) que o titular legítimo tenha o direito a usar o próprio título nobiliárquico e o direito a opor-se a que outrem o use ilicitamente. Afigura-se-nos, aliás, incompreensível que a tutela dispensada ao nome não possa abranger, em certa medida, o título nobiliárquico, num ordenamento jurídico que confere protecção ao pseudónimo (...)

Pseudónimos sim, títulos não...

Levando o argumento LUSiada ao extremo, o melhor seria que se optasse pelo tratamento uniforme por “cidadão”, tão em voga naquele período áureo do respeito pelos direitos pessoais mais elementares ternamente chamado Revolução Francesa, ou por “camarada”, em homenagem aos diversos paraísos terrestres em que a flor da igualdade foi plantada, reproduzida e imposta com mais afinco (tendo-se revelado uma planta carnívora).

“Livro de estilo”? Talvez de estalo.

Felizmente que o Chefe da Casa Real e a sua vida inteiramente dedicada ao serviço do seu país e da lusofonia são amplamente conhecidos e acarinhados e as grosserias de que é objecto recaem invariavelmente sobre quem as profere ou assina. O Senhor Dom Duarte de Bragança é uma «figura histórica» por direito próprio, por muito que isso custe à LUSA... que anda confusa.

Evocando S. Tomás sobre a Realeza PEDRO VELEZ

Cumprindo-se, em 2024, 750 anos sobre a morte de São Tomás de Aquino (1225-1274), afigura-se oportuno evocar, nesta sede, também a título de homenagem, a “visão” da realeza que o Doutor Angélico nos legou. Tem-se em mente, como aliás recentemente recomendou o Papa Francisco, a perenidade do autor no que toca a pensar «a raiz do bem social do homem» bem como a distância crítica e problematizante que possibilita em face do presente mundo “moral” e político.

Com a obra (inacabada) intitulada *De regno ad regem Cypr/A realeza: dedicado ao rei de Chipre*, terá o Santo Doutor querido escrever «um livro no qual apresentasse cuidadosamente a origem da realeza e as coisas que pertencem ao ofício de rei, segundo a autoridade da divina Escritura, os ensinamentos dos filósofos e os exemplos dos príncipes mais dignos de louvor (...)».

Aí se fixa (capítulo 1 do Livro I), desde logo, «o significado da palavra rei»: «pertence à noção de rei que ele é único, que governa e que é um pastor que busca o bem comum da colectividade e não o seu interesse próprio.»

«A principal preocupação do rei – lê-se explicitamente no capítulo 4 do Livro II de *De regno* – são os meios pelos quais a colectividade a ele sujeita vive bem»:

«Educado na lei divina, o rei deve possuir como sua principal preocupação os meios pelos quais a colectividade a ele sujeita viva bem. Essa preocupação divide-se em três aspectos. Em primeiro lugar, o rei deve instituir a boa vida na colectividade a ele sujeita. Em segundo, deve conservar o que foi alcançado e, em terceiro, deve buscar a melhoria do que foi alcançado e conservado.»

«(...) Logo três coisas são necessárias à instituição da boa vida da colectividade. Primeiramente, que a colectividade esteja constituída na unidade da paz. Em segundo lugar, que a colectividade, pelo vínculo da paz, dirija-se ao bem agir. (...) Em terceiro lugar, que, pela ação do governante, sejam garantidos, em quantidade suficiente, os bens necessários para o bem viver.»

Não deverá também hoje a realeza procurar conduzir, com autoridade mais do que com poder, a comunidade política a um horizonte de plenitude humana?

[No que precede, seguimos tradução do professor Alfredo Storck, a qual se acha disponível online, tendo sido originalmente publicada em Marçal, J. (Org.), “Antologia de textos filosóficos”. Curitiba: Secretaria de Estado da Educação do Paraná, 2009, pp. 658-691.]

«Não deverá também hoje a realeza procurar conduzir, com autoridade mais do que com poder, a comunidade política a um horizonte de plenitude humana?»

Powered by @arqmconsulting.ch



Preservamos o Património da Arquitectura

Honrando o passado com os olhos postos no futuro



Arquitectura Inovadora que Garante o Legado

ARQUITECTURA CONSULTADORIA INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS

MBM Company - Architecture, Consulting & Real Estate Investments
Rua Castilho, N.º 14, Edifício UACS, 1269-076 Lisboa
Rua de São Francisco, N.º 6, 2100-160 Coruche | PORTUGAL

+351 916 683 826 (chamada para a rede móvel nacional)
geral@mbmcompany.pt
www.mbmcompany.pt

A Herança de António Sardinha (1887 – 1925)

CARLOS BOBONE

António Sardinha afirma que o integralismo não pretende simplesmente restaurar a monarquia, (...) mas restaurar Portugal pela monarquia.

Ao aproximar-se o centenário da morte de António Sardinha, os historiadores ainda se desnor-teiam quando querem avaliar a extensão da sua herança cultural e política. Poeta, filósofo e etnólogo, ensaísta, político, deputado e conspirador monárquico, senhor de um estilo literário rico e castiço, o fundador e membro mais eminente do Integralismo Lusitano produziu, em pouco mais de uma década, vasta obra literária e doutrinal, aplaudida e venerada, mas insuficientemente digerida. Para o comprovar basta que se leia uma parcela da abundante bibliografia histórica publicada nos últimos anos, em que Sardinha e os seus companheiros nunca ficam esquecidos, mas são

« Dificilmente algum estudo sobre o Portugal do século XX poderá evitar uma passagem pela obra de Sardinha e dos seus companheiros. »

retratados com traços que divergem de livro para livro. Ao sabor das investigações especializadas, verificamos que numa versão os integralistas foram apenas um bando de irrequietos conspiradores, mas noutra foram os ocultos inspiradores de tudo o que se pensou, legislou e moveu contra a primeira república. Há os que querem ver neles os porta-vozes das classes abastadas, mas também não faltam os que lhes reconhecem a força motora de grandes reformas sociais e económicas. Quem se dedique a recolher os retratos desgarrados, há de se convencer da onnipotência deste pequeno grupo, que, ao que parece, inspirou, entre muitos outros, Sidónio Pais, Salazar e Marcelo Caetano, António Ferro e Almada

Negreiros, e além disso doutrinou militares e intelectuais, agricultores e comerciantes, religiosos e agnósticos, guiou todas as forças vivas do país, atraiu com poderoso magnete associações de produtores e de consumidores, deu-lhes unidade, dotou-as de um pensamento, para as agrupar finalmente num poderoso bloco conservador, que deitou por terra a república jacobina. Fica sempre por elucidar, porém, qual foi o pensamento que conferiu tão portentosos poderes a essa reduzida plêiade de escritores-políticos. Mas ainda mais, fica por explicar como foi possível que uma reduzida agremiação política, criada por esses rapazes que em 1914 lançaram a revista Nação Portuguesa, deixasse tão vasta sementeira que os seus frutos se encontram quer estudemos o pensamento agrário ou industrial, as teorias coloniais, a filosofia, a poesia ou a reflexão religiosa na última centúria da vida portuguesa. Dificilmente algum estudo sobre o Portugal do século XX poderá evitar uma passagem pela obra de Sardinha e dos seus companheiros. E a chave para este enigma encontrar-se-á certamente no nome do movimento que criaram, o integralismo lusitano. Para os integralistas, a solução do problema português só se encontra num programa de restauração integral da nacionalidade, o que compreende uma completa regeneração moral, intelectual e política. O pensamento político não tem vida autónoma, deve estar integrado numa visão completa do homem, da sociedade e da tradição nacional.

Monárquico por reflexão, depois de breves primícias republicanas, António Sardinha afirma que o integralismo não pretende simplesmente restaurar a



monarquia, numa estreita estratégia de partido, mas restaurar Portugal pela monarquia. Esta perspectiva exigia um vasto plano de reedificação cultural, antes de se restituir o rei ao seu lugar no topo do edifício nacional. Não se tratava de substituir este organismo político por aquele, mas de preparar os espíritos para uma política que estivesse de acordo com as condições naturais de vida do povo português, que concordasse com o seu génio particular e com os preceitos de organização social aplicáveis a qualquer povo. Os novos tradicionalistas socorriam-se das leis sociológicas, das observações de Comte e de Le Play, de Pareto ou de Le Bon, para não falar de leis físicas ou biológicas e com isso davam pretexto aos seus inimigos para os acusarem de importação de ideologias estrangeiras. Mas eles respondiam que, em verdade, há um mínimo de princípios universais, observáveis em todas as latitudes, que tanto se podem deduzir do direito natural como da verificação das leis históricas, mas essas mesmas leis recomendam que para cada povo, para cada região, se respeitem os equilíbrios estabelecidos pelo tempo, as franquias conquistadas com esforço, as instituições que surgiram sem plano prévio, quase sem se dar por elas, a produção jurídica e social inconsciente, implícita na vida do povo, mas muitas vezes não traduzida em leis escritas.

No primeiro número da Nação Portuguesa estava escancarado, com a mais perfeita concisão, o programa

integralista: O que Nós Queremos: Monarquia Orgânica Tradicionalista Anti-Parlamentar. No entanto, o grosso da obra de Sardinha não se ocupa com o esclarecimento dos pormenores político-jurídicos que poderiam rodear a implantação de uma monarquia tradicional, mas sim com a dissecação das múltiplas perversões culturais que se opõem a tal restauração. A queda da monarquia não fora apenas a substituição de um rei por um presidente, mas a derrocada de um modo de vida multissecular, que vinha a ser minado desde as primeiras manifestações do espírito individualista no século XVI. O exemplo da restauração dos Bourbons em França, após a queda de Napoleão, mostrava quão ineficaz podia ser o simples regresso ao poder de uma dinastia apeada, enquanto perdurasse nos espíritos a superstição centralista, que já cavara raízes profundas no espírito do povo. Para restaurar a monarquia tradicional, era preciso varrer todos os preceitos filosóficos, sociológicos e anti-religiosos sobre os quais se fundavam o liberalismo e o republicanismo.

Desde os primeiros sinais de vida do integralismo lusitano, não faltou, mesmo dentro do universo monárquico, quem pretendesse reduzi-lo à insignificância, retratando os seus mentores como uma pequena hoste de inadaptados, de neo-absolutistas que queriam ressuscitar modelos políticos anacrónicos. Mas os integralistas, amparados numa panóplia de inspirações intelectuais



“ Para restaurar a monarquia tradicional, era preciso varrer todos os preceitos filosóficos, sociológicos e anti-religiosos sobre os quais se fundavam o liberalismo e o republicanismo.

desconcertantemente larga, argumentavam que, pelo contrário, as suas teses tinham fundamento nas últimas correntes do pensamento sociológico, filosófico e biológico. O século XIX embriagara-se com as doutrinas místicas da mobilidade permanente, julgara encontrar no darwinismo a confirmação dos seus gostos revolucionários, vira no universo uma vertigem de corpos e espécies em constante transformação, sem rumo nem repouso. O século XX descobria, pelo contrário, a estabilidade que presidia a toda a natureza, as leis biológicas da permanência e da conservação das espécies. A verdadeira interpretação do darwinismo não era evolucionista, mas conservadora: cada organismo adapta-se para conservar e transmitir a sua conformação essencial, todo o ser vivo procura reproduzir-se inalteravelmente. Ainda não se difundira o conceito de código genético, mas os tradicionalistas já pressentiam que as leis da hereditariedade viriam dar um reforço à doutrina do elo vital que une cada geração às suas antecessoras. Por outro lado, o tradicionalismo, afirmando que a

lei fundamental do desenvolvimento histórico é a continuidade dos organismos sociais, e não a ruptura, podia citar a seu favor uma abundante literatura sociológica produzida nos últimos anos. Os integralistas, na esteira dos seus inspiradores franceses, podiam invocar as mais insuspeitas autoridades quando acentuavam a sua tese essencial, oposta à doutrina da revolução francesa: a sociedade é uma criação, não uma construção. Com isto queriam dizer que as instituições sociais são o produto de uma gestação demorada e nem sempre consciente. O iluminismo francês proclamara que toda a humanidade poderia ser regenerada por um código de leis aperfeiçoado, a exemplo do que fizera Pedro o Grande, da Rússia, ao transformar um povo bárbaro numa nação altamente civilizada. Mas o tradicionalismo do século XX não era tão crédulo quanto aos poderes de um legislador iluminado e por isso pretendia que a cada povo fossem devolvidas as instituições que o seu génio próprio criara.

Sardinha envolve na mesma condenação a monarquia constitucional e a república jacobina, dois regimes em que ele via as duas faces de um mesmo erro, da mesma ilusão mortífera – tanto uma como outra se afastam dos elementos vitais



A Família como foco dos nossos serviços.

MFO Multi-Family Office dedica-se a cada família como um bem precioso. Planeamos e gerimos de forma integrada os vários serviços necessários ao bem-estar da sua Família:

MFO Services: Consultoria, fiscalidade, planeamento e promoção de atos empresariais, governação familiar e serviços de suporte.

MFH Saúde: Prestação de serviços personalizados de natureza médica por corpo clínico próprio.

MFO Seguros: Apoio direto ao cliente na mediação de seguros, assegurando as melhores condições com as mais importantes seguradoras do mercado.

MFO Real Estate: Consultoria, gestão imobiliária, gestão de obras, montagem e gestão de projetos, peritagens, e avaliações de imóveis.

MFO Living: Apoio na integração de famílias em Portugal. Residência fiscal, habitação e apoio administrativo.

Junte o futuro da sua família ao nosso.

www.mfooffice.eu | geral@MFOoffice.eu
Rua Tierno Galvan, n.º 10, Torre 3 | Piso 10 | Fração K
Amoreiras | 1070-274 Lisboa | Portugal
+ 351 211 389 398
MFI Multi-Family Services, Lda. NIPC: 513704612



MFO | Multi Family Office

CR Nº 30, DEZEMBRO DE 2024

que fizeram crescer e prosperar a Pequena Casa Lusitana. A pretensão de redigir constituições onde se condense toda a vida política de uma nação é o produto da filosofia iluminista, que quis reduzir a teorizações geométricas toda a riqueza das relações sociais construídas ao longo da história de uma nação multissecular como Portugal. São frequentes as censuras do mestre integralista aos algebrismos, aos geometrismos e às simetrias do pensamento revolucionário. Com isto quer ele dizer que em política os princípios não podem ser definidos a priori, à laia de teoremas matemáticos, com validade para todos os tempos e todos os povos. O pensamento político não deve ser dedutivo, mas indutivo, o que significa sustentado na experiência. E nas relações sociais a experiência chama-se história. É dela que o político deve colher as suas leis, segundo este axioma sociológico: as instituições de um povo são a criação da sua existência multissecular. A complexidade das relações sociais extravasa das regras político-jurídicas definidas nos códigos, pois para a vitalidade de um povo tanto importam as boas leis como as crenças unificadoras. Entre elas, avultam os mitos nacionais. Portugal possui o seu mito fundador no milagre de Ourique, tão debatido no século XIX, quando ainda não se alcançara a compreensão das necessidades psicológicas da vida colectiva.

Não podemos encarar o problema do milagre de Ourique com o critério exterior e frio de Alexandre Herculano. A psicologia esclarece os contornos do problema. O milagre de Ourique é um mito nacional, ou seja, uma expressão de vontades energicamente tomadas. Nos mitos se encarnam as aspirações fortemente vincadas da alma colectiva, procurando projectar-se mais ao largo, no tempo e no espaço, cheias do desejo veemente que lhes imprime unidade e duração. Segundo Pareto, não se encontra na história universal um povo grande, forte e próspero, que não seja guiado por uma religião, um mito, uma fé. Em Portugal, a crença, alimentada por sucessivas gerações, nas promessas de Cristo ao rei fundador, foi um poderoso incentivo moral, que nos amparou nos momentos de vacilação da nacionalidade. No milagre de Ourique traduziu-se a confiança de Portugal no seu destino imorredoiro. Essa confiança traduziu-se no lirismo próprio do espírito português, que posteriormente depositou a maior das

suas criações no mito do Encoberto.

Para defender o tradicionalismo integral era necessário separar as águas entre a monarquia tradicional e o absolutismo monárquico, que entre nós começou a afirmar-se no século XVI e alcançou o ponto culminante na ditadura empertigada do marquês de Pombal. A doença vinha de longe, tinha raízes filosóficas no renascimento, na difusão de uma filosofia individualista que vê nos povos massas anónimas de cidadãos, ligados pelo elo único da submissão a um poder soberano. Assim se ignorava toda a espontaneidade e vitalidade dos corpos municipais e corporativos, o nascimento de laços hierárquicos dentro dos mesteres, a acção destes enquanto criadores das regras éticas da produção. Em Portugal, a política assente em abstrações e ficções começara com o predomínio dos juristas nos conselhos régios. A propensão dos juristas para tudo reduzir

“ Ainda não se difundira o conceito de código genético, mas os tradicionalistas já pressentiam que as leis da hereditariedade viriam dar um reforço à doutrina do elo vital que une cada geração às suas antecessoras.



ANTÓNIO SARDINHA

Desenho de Roberto Nobre

ao traçado racional e previdente de um decreto, chocava com a lenta mas viva criação de instituições resultantes do equilíbrio de forças multisseculares. Os integralistas eram grandes apologistas da teoria do municipalismo, que beberam em Alexandre Herculano e reforçaram com a leitura de sociólogos e juristas contemporâneos. Viam nos antigos forais uma criação do génio português, atento à diversidade regional, respeitador das velhas tradições, criadas na idade média ao sabor de circunstâncias longamente ponderadas e digeridas. O domínio dos juristas era já uma antecipação do filosofismo do século XVIII, que, com a sua afirmação de princípios universais, válidos para todos os tempos e todos os povos, preparou a revolução abolidora das liberdades locais e das autonomias administrativas. O centralismo absolutista foi o digno antepassado do código civil napoleónico e das repúblicas centralizadoras, onde se manifestava uma absoluta incompatibilidade com as franquias municipais. As abstracções revolucionárias abafaram todos os particularismos, todas as criações espontâneas que resultaram de uma tácita cedência dos poderes públicos às necessidades vitais dos povos. Os legisladores do nosso liberalismo vintista vociferavam contra a profusão de privilégios, excepções, franquias e liberdades que caracterizavam a legislação do antigo regime. Para eles, esta exuberância era sinónimo de barbárie, retratava um país incapaz de se reger por leis simples, uniformes, válidas para todos os cidadãos. Mas na óptica dos integralistas, a barbárie fora criada pela legislação uniformizadora de Mouzinho da Silveira, que fizera definhar os concelhos e as corporações, enquanto fontes produtoras de regras de vida comum, assentes no conhecimento próximo das necessidades, aspirações e peculiaridades de cada região.

Na sua cruzada em prol da restauração da nacionalidade, resgatada de funestas filosofias que quase a deitaram por terra, Sardinha empenhou-se em mostrar que o integralismo tem antecessores ilustres, não é a emanção esdrúxula de uma pequena camarilha intelectual. Para prová-lo, dedicou longos ensaios à reinterpretação das grandes figuras intelectuais do século XIX, mesmo das que ostensivamente pugnam pelos princípios da revolução. Com penetrante argúcia, foi capaz de reclamar para o campo das verdades tradicionais o drama intelectual dos nossos grandes escritores, de Garrett a Fialho de Almeida, em quem ele descortina espíritos dilacerados, dolorosamente hesitantes entre as revelações a que o espírito os conduziu e o ambiente intelectual em que foram criados, ou a que prestaram homenagem durante boa parte das suas vidas. O integralismo pôde orgulhar-se de uma herança fincada no melhor que o pensamento português produziu, tanto por parte de tradicionalistas confessos, como de pensadores torturados, que ficaram a meio caminho. O mestre integralista apodera-se desses nomes consagrados, que militaram nos campos do liberalismo, do socialismo ou do republicanismo, e

faz deles precursores da restauração portuguesa, integralistas sem o saberem. Examina detidamente as obras deles, ausculta as desilusões que sofreram, estuda-lhes os desabafos, as confissões de desalento e as rectificações tardias, para construir o grandioso quadro dos dramas mentais que oprimiram cada um deles, dilacerado entre os chamamentos da sua inteligência e a atmosfera mental da sociedade em que se formaram. No drama de uma inteligência, se vivia e agitava o drama de um século inteiro, comenta Sardinha sobre as confissões autobiográficas de Antero. Num amplo abraço, que é sinal da sua largueza de espírito, arregimenta o Garrett do Romanceiro, o Alexandre Herculano dos Opúsculos, o Eça da Ilustre Casa de Ramires e da Correspondência de Fradique Mendes, o Oliveira Martins do Portugal Contemporâneo, o Antero da Correspondência íntima, o Ramalho Ortigão das Últimas Farpas e da Carta de um Velho a um Novo, para compor o cortejo das grandes almas desencantadas, à procura da luz que só se encontra na reconciliação com as gerações passadas, no apego à nossa terra e aos nossos mortos. Ainda que eles tenham ficado a meio do percurso e não tenham encontrado a doutrina salvadora, todos se aproximaram dela, todos se desiludiram dos cosmopolitismos abstractos que tinham bebido na juventude e procuraram a salvação da nacionalidade

“ Não se encontra na história universal um povo grande, forte e próspero, que não seja guiado por uma religião, um mito, uma fé.

pelo regresso às tradições pátrias. Preocupados com a decadência da cultura portuguesa, numa época de aparente prosperidade económica, cada um a seu modo tinha lamentado a descaracterização dos nossos costumes e a cópia servil de modelos estrangeiros. Mesmo uma figura de fantasia, o diletante Fradique Mendes, esse estrangeirado *alter ego* de Eça de Queirós, começara a sua correspondência num tom de requintado cepticismo, para desembocar numa purificadora demanda das autênticas tradições nacionais, do Portugal português, liberto das camadas de francesismo que o corrompiam. Para António Sardinha o integralismo é, pois, o herdeiro e a cúpula de um vasto movimento de reconstrução da nacionalidade portuguesa, que começara com os melhores espíritos do século XIX, procurando libertar-se do ambiente intelectual que os gerara. A torturada contradição em que se tinham debatido as inteligências do século anterior vinha desembocar no reencontro com a tradição monárquica, católica e municipalista, que era o produto mais genuíno do génio português.

CONVIDADO ESPECIAL

Tomás Araújo Moreira

Presidente do Conselho
Superior da Causa Real

ENTREVISTA DE JOÃO TÁVORA

A nossa causa não deve comportar-se como um partido político, mas sim como um movimento cívico de promoção da instituição real

Tomás de Carvalho Araújo Moreira nasceu em 1957, no Porto, onde vive, casado, com três filhos e cinco netos. Engenheiro electrotécnico, é empresário e gestor, administrador de empresas industriais nacionais e estrangeiras, desde 1980.

Com larga experiência no associativismo, é membro empenhado do movimento monárquico desde há longos anos. Foi fundador e primeiro Presidente da Real Associação do Porto, por diversos mandatos membro de órgãos sociais da Causa Real e, desde 2020, presidente do seu Conselho Superior, agora demissionário.

Como se dá o seu envolvimento com o movimento monárquico?

Desde cedo me envolvi em instituições culturais, sociais, desportivas e empresariais, como forma de colocar os meus modestos talentos ao serviço de terceiros.

Na família há alguma tradição de envolvimento em actividades políticas, às quais me senti chamado na sequência do 25 de Abril e dos desmandos do PREC.

Rejeitando as práticas dos partidos políticos, encontrei no movimento monárquico uma forma de servir a comunidade, sem pretensão de obter poder ou enriquecimento.

A convicção da superioridade dos regimes monárquicos e a dedicação à instituição real em abstracto foram sendo reforçadas pela prática de vida e exemplo de serviço demonstrados pelo nosso Rei, o Senhor Dom Duarte.

Que balanço faz do seu percurso no movimento monárquico?

O meu percurso foi todo ligado ao esforço de união que fez nascer as Reais Associações e depois a Causa Real, instituições que têm prestado um insubstituível serviço à causa da Monarquia.

Poderiam ter obtido resultados mais palpáveis se um maior número de monárquicos se envolvesse com militância e se os seus dirigentes (eu incluído) tivessem sido mais eficazes, o que não conseguiram por causas múltiplas e não só por culpa própria, já que a maioria serviu com dedicação e competência.

Balanço? Fica a amargura de acreditar que facilmente poderíamos ter feito bem mais e melhor.

Qual a melhor recordação que guarda destes anos de serviço à Causa?

O sentimento de dedicação ao Rei demonstrado por milhares de pessoas, monárquicos ou não, que fui vendo e testemunhando ao longo de mais de quarenta anos.

Não é comparável ao nefasto culto de personalidade que leva as massas a aderirem a líderes políticos carismáticos e radicais, com resultados tão negativos, mas sim uma adesão tranquila e desinteressada.

O seu livro "Memórias dum Roialista", é uma resposta a estas últimas questões?

O livro, publicado em 2021, retoma a doutrina de que

a nossa causa não deve comportar-se como um partido político, mas sim como um movimento cívico de promoção da instituição real e do "Rei dos Portugueses" como me ensinaram a designá-lo. Sem falsa modéstia, penso que o livro, como repositório da história e doutrina da Causa Real, é leitura obrigatória para quem milita na nossa causa.

Uma monarquia só poderá ser restaurada mediante um amplo consenso nacional. Acredita que é possível um dia despertarmos a tal "maioria roialista adormecida"?

Sim, é possível despertar essa maioria "roialista", que aprecia a existência duma Família Real ao serviço da Nação e quer que o representante dos Reis que construíram Portugal seja devidamente reconhecido e respeitado. Mas não é possível despertá-la se exigirmos que a simpatia pela Instituição Real implique obrigatoriamente a adesão a um conjunto de outras convicções que muitos monárquicos infelizmente consideram ser indissociáveis da ideia da Monarquia. Sempre que no nosso movimento caímos na tentação de defender temas ou questões que nada têm a ver com a defesa e promoção da Instituição Real, afastamos alguns desses potenciais aliados e dificultamos o nosso sucesso.

Mais recentemente publicou em parceria um romance de História Alternativa em que descreve a vida e os acontecimentos históricos do reinado de Dom Luís II, na hipótese de o malogrado Príncipe ter escapado ao regicídio e derrotado os republicanos. O final com a sua morte, já nos anos oitenta, fica em aberto com a subida ao trono de Dom Duarte Pio, perante grande instabilidade política e na iminência de um referendo. O que o impediu de imaginar um final feliz, promissor, para a monarquia?

"O Legado de D. Luís II" tenta mostrar que não há determinismo histórico e que facilmente certas infelicidades da nossa história poderiam ter sido evitadas, em parte pela intervenção de um Rei, permitindo que Portugal e os portugueses fossem mais bem-sucedidos e mais felizes.

“A convicção da superioridade dos regimes monárquicos e a dedicação à instituição real em abstracto foram sendo reforçadas pela prática de vida e exemplo de serviço demonstrados pelo nosso Rei, o Senhor Dom Duarte.

O livro termina em regime monárquico, no 100º aniversário do nascimento de D. Luís Filipe, que nesta história ficcional reina 60 anos e ajuda Portugal com a sua acção discreta mas eficaz.

Mas a minha experiência de vida mostrou-me que muitas vezes os portugueses, movidos pela vontade popular, por elites ou por minorias, desperdiçam oportunidades e optam por caminhos de consequências desastrosas.

Quisemos no livro deixar um alerta final de que a volatilidade da nossa vontade colectiva tanto nos pode levar à glória como à desgraça.

RAINHA GUILHERMINA DOS PAÍSES BAIXOS

ANTÓNIO PINHEIRO MARQUES



Na primeira metade do século XX, em que na vida política das nações predominavam reis ou presidentes, Sua Majestade a Rainha Guilhermina sobressaiu como chefe de Estado, a par desde 1918, com uma sua prima, a Grã-Duquesa Carlota do Luxemburgo. De seu nome completo Wilhelmina Helena Pauline Maria, quarta filha, única do segundo casamento do rei Guilherme III, com a princesa Ema de Pymont e Waldeck, nasceu em 1880. Não estando destinada a ser rainha, as mortes dos irmãos e do tio converteram-na na imediata sucessora de Guilherme III, o que aconteceu em 1890. Guilhermina foi proclamada Rainha, com apenas dez anos de idade, sob a regência da mãe, a Rainha Ema.

A educação de uma rainha

A princesa era bilingue em neerlandês e francês, línguas a que se juntaram posteriormente o inglês e o alemão. A regente assumiu os seus deveres como educadora da soberana, de forma rigorosa, preocupando-se com a sua formação religiosa e incutindo-lhe o sentido do dever. Os estudos de Guilhermina foram orientados pelo director de um estabelecimento de ensino da Haia e incluíram o direito constitucional e a organização militar do país. Ema procurou que a jovem Rainha

ficasse a par dos assuntos de Estado, assistindo às suas audiências com os ministros e quis também que efetuasse visitas a instituições de assistência, fábricas, hospitais e igrejas em todo o país, o que contribuiu para a tornar mais conhecida do povo neerlandês. Em consequência, verificou-se um aumento da popularidade da monarquia, para o que também muito contribuiu a dignidade e o bom senso da regente. Em 1895, as duas viajaram para Inglaterra, tendo assistido a debates na Câmara dos Comuns e visitado museus e exposições. A Rainha Vitória deixou registo da boa impressão causada pela soberana de quinze anos, uma "personalidade encantadora e interessante".

Os primeiros tempos do reinado

A 6 de setembro de 1898, em Amesterdão, depois do juramento da Rainha, teve lugar a sua aclamação, pondo fim à regência. No fim do século XIX, Guilhermina viu surgir partidos de esquerda, com ligações ao sindicalismo, tendo o Partido Comunista eleito dois deputados, em 1918. Entretanto, o sufrágio universal masculino fora introduzido, sendo alargado ao voto feminino em 1919. Do governo de "unidade nacional", no exílio, durante a Segunda Guerra Mundial, fez parte o Partido Social Democrático dos Trabalhadores.

Também o conflito entre britânicos e as repúblicas "boers" (de ascendência neerlandesa), na África do Sul, fez parte das suas preocupações, levando-a a encarar a Grã-Bretanha com grande desconfiança. A determinada Rainha dera ordens, em 1900, a um navio de guerra neerlandês, para transportar o Presidente da República do Transvaal, quando este teve de sair do país, garantindo a sua segurança até Marselha.

Aos vinte e um anos, Guilhermina viria a contrair matrimónio com um príncipe alemão, Henrique, duque de Meclenburgo-Schwerin. Devido a várias gravidezes mal-sucedidas, do casamento nasceu só uma filha, Juliana. O príncipe consorte faleceu em 1934, pouco tempo depois da morte da Rainha Ema, sua sogra.





As duas guerras mundiais

O governo neerlandês prosseguiu uma política de neutralidade desde a separação da Bélgica, em 1830, que conseguiria manter quando do primeiro conflito mundial. Conta-se que, pouco tempo antes da guerra, Guilhermina assistiu a um desfile militar junto ao Kaiser. Este chamou-lhe a atenção para a altura de quase dois metros dos seus soldados, ao que a rainha retorquiu: "Quando abrimos os nossos diques, a água sobe aos três metros". Manteve sempre uma atitude pública que reflectia a neutralidade dos Países Baixos, para a qual muito contribuiu, embora pessoalmente se sentisse mais próxima da Bélgica e de França.

Depois da guerra, de que não sofreu consequências diretas, o país viu-se, no entanto, afectado pela situação em que se encontravam os seus vizinhos, com os quais mantinha fortes laços económicos, como era o caso da Alemanha, tendo atravessado então um período de crise e de agitação social.

No fim dos anos 30, os sentimentos reticentes da Rainha Guilhermina em relação ao Reino Unido foram-se atenuando. Para tal contribuiu também a oferta de acolhimento feita pelo governo britânico. Em maio de 1940, Guilhermina manteve uma conversa ao telefone com o Rei Jorge VI e no dia 10 emitiu uma dramática proclamação, protestando contra a invasão dos Países Baixos e a violação da sua neutralidade. Abrigada com a família no palácio Noordeinde, na Haia, mas consciente dos perigos que esta situação apresentava, a princesa Juliana, casada em 1937 com Bernardo de Lippe-Biesterfeld, partiu antecipadamente para Inglaterra, com o marido e as duas filhas. Pouco dias depois, acompanhada por membros do seu governo, a monarca seguiu para Harwich, num navio de guerra britânico, onde foi acolhida por Jorge VI. A família real neerlandesa ficou então instalada no palácio de Buckingham. Este exílio não foi inicialmente bem aceite por certos sectores da população que pensavam ter sido abandonados à sua sorte. No entanto, as mensagens radiofónicas de Guilhermina, pela "Radio Oranje" e emitidas através da BBC, incentivando à resistência e dando apoio moral aos seus compatriotas, rapidamente lhe granjearam uma enorme popularidade,

convertendo-a na voz da resistência ao invasor. Em 1942, atravessou o Atlântico para sensibilizar o povo americano para a situação do seu país, tendo discursado no Congresso dos Estados Unidos. Foi a primeira vez que um monarca o fez. Falou em nome de milhões de pessoas na Europa, na Ásia e também na América, reafirmando um forte "No surrender!".

Permaneceu em Londres com o seu governo, tendo as mudanças feitas na sua composição sido sancionadas pelos Estados Gerais, depois da guerra. Entretanto, o príncipe Bernardo, radicado em Inglaterra e envolvido na resistência, assumiu o comando das Forças Armadas neerlandesas de 1944 a 1945. Por seu lado, a princesa Juliana permanecia em segurança com as filhas, no Canadá. Em agradecimento pelo apoio e pela participação militar deste país na libertação dos Países Baixos, todos os anos são enviados dez mil bolbos de tília para florescerem na capital federal, Otava.

A Rainha Guilhermina deslocou-se a Bruxelas, onde se encontrou com o regente Carlos e com a rainha-mãe, Isabel (neta de D. Miguel), que lhe manifestou a sua preocupação pela segurança do filho, Leopoldo III, prisioneiro dos alemães na Áustria, à guarda de um destacamento das Waffen-SS. Guilhermina contactou então o seu parente comum Jorge VI, igualmente apreensivo com a situação, mas a obtenção da liberdade do rei dos Belgas não prosperou e este viria a ser libertado pelas tropas americanas. O regresso de Sua Majestade a Rainha aos Países Baixos, entrando por Eede, na Zelândia, uma das localidades que mais tinham sofrido com a guerra, foi marcado por um comovente e fervoroso acolhimento.

Descolonização das Índias Orientais

Em discurso de 1942, a Soberana antecipara que, finda a guerra, seriam estabelecidas novas formas de administração para os territórios sob domínio neerlandês, numa evolução para o autogoverno. Nestes acentuavam-se as já existentes tendências



independentistas, encaradas com grande preocupação por certos setores políticos, devido às implicações da separação das colónias, tanto estratégicas como económicas, numa difícil época de reconstrução, após a guerra. As Índias Orientais proclamaram unilateralmente a independência em agosto de 1945, tendo os Países Baixos reconhecido a República da Indonésia, como poder de facto, mas perdurando o conflito até 1949, quando foi acordada uma solução de tipo confederal, a União Países Baixos-Indonésia, com a Rainha Juliana como Chefe (*Hoofd der Unie*). Terminavam mais de três séculos de domínio neerlandês na região. A efémera União foi dissolvida unilateralmente, em 1954, pelo Presidente Sukarno.

Fim do reinado e abdicação

Com o pretexto da idade e razões de saúde, e depois de duas regências da princesa Juliana, a Rainha Guilhermina abdicou em 1948. O processo de dissolução do império e o reconhecimento da independência da Indonésia, ocorreram em dezembro de 1949, já no novo reinado.

A seu pedido, Guilhermina passou a ter o estatuto de princesa dos Países Baixos, sendo agraciada com a grã-cruz da Ordem Militar de Guilherme, pela nova soberana, Juliana, como primeiro acto do seu reinado, uma vez que, ao ter subido ao trono ainda criança, a anterior Rainha não possuía nenhuma distinção do seu país. De lembrar que recebera em 1901 a Banda das Três Ordens, sendo também Dama da Ordem de Santa Isabel. Retirada no palácio de Het Loo, levou uma vida discreta, só interrompida excepcionalmente, como em 1953, quando percorreu as zonas afectadas pelas inundações, reconfortando e animando as populações.

Possuidora de uma significativa herança por morte de seu pai, e dotada de bom senso e de uma imensa sagacidade para os negócios, Guilhermina tinha efectuado bem-sucedidos e lucrativos investimentos,

nomeadamente nos Estados Unidos, atingindo uma enorme fortuna, sendo considerada, à sua época, a primeira mulher bilionária. Deixou também um legado artístico pessoal, pois a partir de 1919, tivera lições de desenho e de pintura, interessando-se pela pintura paisagística. Embora tenha pedido que a colecção não fosse conservada, sabe-se

que uma boa parte está guardada em Het Loo. De lembrar também as suas memórias publicadas em 1959, *Eenzaam maar niet alleen* (Solitária, mas não sozinha). Dedicou-as ao Pai da Pátria, Guilherme de Orange, e à Rainha Juliana. Como a própria sublinhou, as memórias eram uma "longa carta íntima ao povo neerlandês", que abrangia recordações pessoais conjugadas com um testemunho cristão e humano, muito profundo. Faleceu em 1962, tendo determinado, devido às suas fortes convicções religiosas, que no funeral fosse usado o branco como símbolo de alegria pela sua entrada numa nova vida.

Guilhermina dos Países Baixos reinou cinquenta e oito anos, período durante o qual, além dos dois conflitos mundiais, se deram enormes transformações políticas, sociais e económicas. A primeira soberana reinante dos Países Baixos foi muito admirada e estimada pelo seu povo, e talvez a figura mais influente no país desde Guilherme de Orange. Perdura na memória coletiva pela sua liderança na resistência nacional ao invasor e pela proximidade com os neerlandeses, bem como pela notável força de vontade e perseverança no cumprimento das funções régias e na prossecução do bem comum nacional, num reino formado por três países.



A full-page photograph of Augusto Ferreira do Amaral, an elderly man with grey hair, wearing a grey suit, white shirt, and a blue tie with red diagonal stripes and small gold patterns. He is standing in a room with highly ornate, gilded wall decorations and a red upholstered chair with lion head finials. The lighting is warm and focused on him.

ENTREVISTA A

Augusto Ferreira do Amaral

Entrevista coordenada
por João Távora

«Teria sido um ótimo Rei, se os portugueses não andassem distraídos»

Augusto Martins Ferreira do Amaral (Lisboa, 15 de junho de 1942) é advogado e político e um dos mais reconhecidos monárquicos portugueses. Desde a juventude afirmou-se como tal, tendo participado, ainda no liceu e depois na universidade, em organizações que propugnavam a Instituição Real para o nosso País. Foi um dos fundadores, em 1974, do Partido Popular Monárquico. Secretário de Estado da Estruturação Agrária no III e no IV Governos Constitucionais, Ministro da Qualidade de Vida no VII Governo Constitucional, foi deputado em 1979 e em anos seguintes. Foi Presidente do PPM, a seguir a Gonçalo Ribeiro Telles, e, mais tarde, Presidente da Causa Real. É cavaleiro de honra e devoção da Ordem de Malta, Vogal do Conselho de Nobreza, Presidente do Instituto Português de Heráldica e Académico de Mérito da Academia Portuguesa da História. Tem vasta obra publicada, sobretudo na área da história e da genealogia. É casado (celebrou as bodas de ouro há mais de 9 anos), pai de cinco filhos e avô de 13 netos.

“Temos o cuidado tácito e discreto de não trazer para a conversa temas rebarbativos ou susceptíveis de gerarem acesa controvérsia. Conviver não é necessariamente discutir nem tentar fazer apologia de ideias divergentes.”

O Augusto Ferreira do Amaral provém de um contexto familiar forte. Como foi o crescimento entre irmãos com ideologias tão diferentes?

Nunca foi problema. Meu Pai, um homem de direita desde a juventude, grande admirador de Salazar e fidelíssimo funcionário superior sob o Estado Novo — foi durante 20 anos Diretor-Geral dos Serviços Industriais —, era uma pessoa de ótimo feitio e muito tolerante. Aliás, como minha Mãe que, sem embargo da sua autoridade moral e da sua formação firmemente conservadora, possuía uma discreta sensibilidade para lidar connosco, quando chegámos à idade de fazermos as nossas opções. Enquanto meus Irmãos e eu vivíamos, ainda solteiros, em casa deles, o primeiro a interessar-se pela política fui eu. Na altura, «interessar-se pela política» era já um sintoma de tendência para a oposição ao regime... Não obstante sabê-lo, meu Pai nunca interferiu com as minhas opções, nem sequer as discutiu comigo. E a verdade é que estas em muito pouco coincidiam com a sua: talvez unicamente na minha adesão à monarquia, porque ele provinha, na juventude universitária, da onda do Integralismo Lusitano, sem embargo de respeitar plenamente os presidentes da república que o Estado Novo teve. Mas o resto das minhas simpatias políticas, nomeadamente a minha devoção à liberdade, aos partidos políticos e ao sistema demoliberal, nunca entravam nas conversas, ficavam à margem do ambiente pacífico e unido que sempre se viveu na família. Quando meu irmão João fez opção por ideias de esquerda avançada, nada se alterou. Meu irmão Francisco nunca manifestou

especial interesse pela política, mas sempre foi, e é, um conservador moderado. E meu irmão Joaquim não sonhava, então, vir a participar na política, mormente na forma conspícua como veio a fazê-lo, quando regressou da comissão em Angola como capitão, no serviço militar obrigatório. Minha irmã sempre foi, e é, acentuadamente conservadora e católica. Esta variedade de convicções políticas, contudo, nunca afetou nem afeta o nosso relacionamento excelente. Quase todos os domingos lanchamos e conversamos intensamente, no melhor dos entendimentos. Temos o cuidado tácito e discreto de não trazer para a conversa temas rebarbativos ou susceptíveis de gerarem acesa controvérsia. Conviver não é necessariamente discutir nem tentar fazer apologia de ideias divergentes.

Como surgiu a consciência de que era monárquico, e porquê?

Desde cedo senti um certo fascínio pelas instituições políticas, a par com um sentimento patriótico natural. É possível que isso tenha a ver com a consciência que fui tomando da ascendência familiar. Essa ascendência, pela linha de varonia, segundo a tradição habitualmente falada em casa, ia revelando uma continuidade de serviço ao País nas armas. Acima de mim, havia onze gerações de militares. Meu Pai foi a primeira geração que quebrou essa tradição militar, pois fez apenas um curto período de tropa, na arma da engenharia. Antes dele, havia pelo menos 400 anos de modo de vida militar.





**Cunha
Coutinho**
SAÚDE

CUIDE DA SUA FACE

Recupere o seu brilho e
elegância naturais!

COM OS TRATAMENTOS DE MEDICINA ESTÉTICA
E CIRURGIA COSMÉTICA DA FACE PODE VOLTAR
A SENTIR-SE CONFIANTE NO SEU ROSTO

ESPECIALIDADES

CIRURGIA DA FACE
MEDICINA ESTÉTICA
IMPLANTOLOGIA ORAL
CIRURGIA ORAL
GLÂNDULAS SALIVARES
ART. TEMPOROMANDIBULAR
ORTODONTIA
ODONTOPEDIATRIA
PERIODONTOLOGIA
PRÓTESE FIXA E REMOVÍVEL
CLÍNICA GERAL



MARQUE JÁ
UMA CONSULTA

218 499 966

Visite-nos na Av. Guerra Junqueiro nº 21 - 4º Esq.
De segunda a sexta-feira, das 9h às 19h
Para mais informações: www.cunhacoutinhosaude.pt
Siga-nos nas redes sociais!  

E uma das traves-mestras dessa vida é a noção de serviço à comunidade, se necessário com sacrifício da própria vida. Nessa longa continuidade, além de inúmeros feridos em combate, houvera, sem contar com irmãos ou primos dos ascendentes diretos, três destes que tinham morrido calçados em serviço. E não eram somente personagens reacionárias ou avessas a ideias novas. Meu tetravô na varonia morreu na Rússia, integrado na Grande Armée de Napoleão. Meu trisavô paterno ganhou a Torre e Espada em combate pelo lado liberal, na guerra civil entre pedristas e miguelistas. Seu filho, meu bisavô, que foi o primeiro Presidente do Conselho de Ministros de Dom Manuel II, aderiu à república depois de 1910. Seu filho, meu tio-avô o tenente-coronel Ferreira do Amaral, reconhecia-se como republicano. E mesmo meu avô paterno, que, apesar de engenheiro, se sentia como peixe na água na Grande Guerra, a servir em Moçambique como oficial miliciano, foi, durante boa parte da sua vida republicano jacobino e pertenceu à Maçonaria. Mais tarde, porém, filiou-se na Legião, onde foi comandante de Terço. Curiosamente, um trisavô meu, pelo lado de minha Mãe, fora oficial do exército de D. Miguel e estivera presente na assinatura da Convenção de Évora-Monte...

Que grandes pensadores monárquicos mais o influenciaram?

Quando atingi a puberdade, as minhas tendências, com a ajuda preciosa do magistério de figuras como Francisco Sousa Tavares e Gonçalo Ribeiro Teles, apontaram-me para a descoberta da valia da liberdade dos cidadãos e dos agentes económicos, do sufrágio direto e universal, do livre confronto partidário, pluralista e avesso a todo o absolutismo. Ao mesmo tempo, reconhecia a consistência do

“A Pátria tem uma dimensão geográfica, mas mormente no caso português, também histórica, supraconjuntural e suprapartidária, a qual deve ser assegurada, como cimento da comunidade.”

valor do sã patriotismo, pois a Pátria tem uma dimensão geográfica, mas, mormente no caso português, também histórica, supraconjuntural e suprapartidária, a qual deve ser assegurada, como cimento da comunidade. E há princípios superiores de solidariedade que não podem ser afastados por um individualismo extremo, e exigem a realização dum Bem Comum e da ampla redistribuição do bem-estar e do rendimento nacional.

Outro dos mais representativos monárquicos que muito terão influído no meu ideário, sobretudo nos aspetos mais filosóficos e mais éticos, foi Henrique Barrilero Ruas, não obstante as nossas divergências amigáveis no plano em que refletia a sua raiz ainda integralista.

Vêm-me à memória também o magistério e a práxis de outros portugueses que, apesar de não os ter conhecido pessoalmente, me terão de alguma forma



influenciado nas minhas simpatias monárquico-constitucionais. De António Sérgio a Vieira de Almeida, passando por Luís de Almeida Braga e pelo Bispo do Porto D. António Ferreira Gomes, até Luís de Magalhães (um monárquico constitucionista quase olvidado) e Paiva Couceiro. Também contribuiu para o meu ideário a leitura de autores estrangeiros, entre os quais avulta a extraordinária figura de Jacques Maritain. Além dele, nos aspetos constitucionais, Montesquieu, Benjamin Constant e G. C. Field.

Todas estas considerações, assim como o conhecimento que fui adquirindo, da experiência dos vários regimes da Europa e doutros continentes, cedo me revelaram o papel efetivo que a Monarquia — na forma de instituição dinástica e cimeira de um regime constitucional, avançado, livre, pacífico e progressivo — apresentava as maiores vantagens.

Por isso me afirmei, desde então, como monárquico. Ao mesmo tempo, a minha fé católica mostrava-me como o cristianismo evangélico poderia ser o insubstituível pilar duma superior orientação política apontada ao Bem Comum e a ver em todos os membros da comunidade, dos mais bafejados pelo devir até os mais excluídos e mais vulneráveis, pessoas humanas, que o Filho de Deus declarou nossos irmãos e irmãos d'Ele. Estes princípios pu-los em prática na altura em que emergiram, em pleno salazarismo, os chamados «católicos progressistas», dos quais fiz parte. E ficaram em mim tão arraigados, que espero ardentemente me guiem até o túmulo.

Em que contexto surge o PPM?

Em traços largos, às vésperas do 25 de abril de 1974 subsistia ainda, mas praticamente paralisada, a Causa Monárquica, organização política diferenciada do partido único (União Nacional, depois Acção Nacional Popular), a qual, apesar disso, foi tolerada pelo regime salazarista e caetanista. A essa tolerância não eram

alheias a falta de dinamismo apologético da Causa Monárquica, nem o facto de a quase totalidade dos associados, mormente dos dirigentes, estarem longe da contestação do regime.

A margem da Causa, tinham-se constituído alguns rudimentos de organizações monárquicas com objetivos políticos. Entre elas avultavam o Movimento Monárquico Popular, francamente opositor do regime e propugnador de uma monarquia constitucional, com instituições livres, democráticas e progressistas na vertente socioeconómica; a Liga Popular Monárquica, com ideário mais conservador, mas especialmente vocacionado para uma presença disseminada por todas as regiões do País; e a Renovação Portuguesa, movimento que resultara sobretudo do magistério de Henrique Barrilero Ruas.

Estas organizações, com a adesão de monárquicos desenquadrados, reuniram-se logo a seguir ao 25 de abril, para se aliarem numa formação tendente a intervir na situação política que se abria. Foi a Convergência Monárquica. Preparou-se um programa político e iniciaram-se diligências para a reunião das condições formais necessárias à constituição de um partido, que se afirmasse como defensor da Realeza como receita para a chefia do Estado, e em todas as áreas da Polis propusesse uma orientação estrutural e conjuntural. E como uma das mais importantes instituições propugnadas, aquela em que mais nitidamente o partido iria ser diferente das nascentes formações partidárias, era justamente a chefia monárquica do Estado, adotou-se a designação de Partido Popular Monárquico.

O partido desde o início sempre se declarou um partido monárquico, nunca como o partido monárquico. Sempre se proclamou como defensor

de um programa que se distinguia, nos diversos aspetos da coisa pública, de outros que fossem das preferências de também numerosos outros monárquicos. E entendia que, ao proclamar a sua adesão à chefia de Estado hereditária, poderia contribuir validamente para mostrar às pessoas que a Monarquia não estava morta, que não era uma opção encerrada, mas, antes, que as suas vantagens, na função representativa de Portugal, na posição suprapartidária e na sua dimensão transtemporal, tinham uma palavra a dizer nas ideias que orientariam o País na era que se abria. Constituíam uma mais-

valia.

Tem exercido funções importantes junto do Chefe da Casa Real Portuguesa, como apoio jurídico e cargos exercidos na Fundação D. Manuel II. Como é trabalhar com o Duque de Bragança?

Uma das graças que tenho de dar a Deus, neste meu fim de vida, é ter-me sido dada a oportunidade e a honra de servir o Senhor Dom Duarte. Servi uma pessoa muito bem formada, repleta de virtudes

“ Monárquicos desenquadrados, reuniram-se logo a seguir ao 25 de abril, para se aliarem numa formação tendente a intervir na situação política que se abria. Foi a Convergência Monárquica.

morais, de bonomia, de bondade, de lhanza, por vezes duma sã originalidade e, ao mesmo tempo, intérprete atento das realidades e dos novos temas da política, sempre devotadamente disponível para os interesses do País, em todas as suas dimensões de espaço-tempo. Teria sido um ótimo Rei, se os portugueses não andassem sempre distraídos...

Como vê o movimento monárquico nos dias de hoje?

Vejo com alguma apreensão, pois padece claramente de uma menor capacidade de influenciar a política portuguesa. Algumas das causas são culpa própria. A fraca militância, a perda do espírito de serviço e o enfraquecimento da informação pessoal dos militantes e dirigentes, da sua criatividade e sabedoria política e social. Mas as causas alheias, que me desagradam muito mais, têm a ver com o ponto a que chegámos na política portuguesa, mas também estrangeira: o triunfo da superficialidade e mediocridade da formação das pessoas e, por isso, dos dirigentes, a generalização da mentira e do engano (a coberto do branqueamento que o chamado marketing lhe proporciona, nacional ou internacionalmente), o vórtice da demagogia (que já Aristóteles temia!), do chamado «populismo» ou caça ao voto, a degradação dos valores da ética, seja ela civil ou pessoal, a formação de insidiosos e sofisticados grupos de pressão, à margem das instituições oficiais, a perda da perspetiva estrutural, devido ao foco exclusivo do curto prazo, o recuo do poder dos princípios humanistas da liberdade, da democracia e do pluralismo, a transformação dos políticos em atores de farsas para entretenimento, a equiparação dos partidos a clubes de futebol, as grandes alienações do nosso tempo — como são os espetáculos desportivos ou músico-barulhentos ou o pequeno ecrã, drasticamente degradado, ou os desvios fofo-animalistas.

E existirem cada vez menos figuras públicas de relevo afirmando-se como monárquicos?

Numa palavra: como uma degradação da racionalidade.





Actividades da Real Associação do Porto

Maio a Novembro de 2024

Tem sido muita a actividade da Real Associação do Porto (RAP) neste segundo semestre de 2024, sempre passando a mensagem Monárquica e dando o merecido relevo à Família Real.

Em 18 de Maio, realizou-se na Igreja de S. João Novo o primeiro **Concerto público da Real Orquestra do Porto (ROP)**, um projecto cultural da RAP. Esta actuou com o Orfeão dos Antigos Alunos da Universidade do Porto, que tem longos anos e créditos no universo da música. Antes do evento, foi celebrado um protocolo com os diversos músicos que compõem a ROP, que foi apadrinhado por SAR o Senhor Dom Afonso, que mostrou o seu entusiasmo e deu o seu apoio ao projecto.



No dia seguinte, 19 de Maio, SAR o Príncipe da Beira visitou o icónico **Académico Futebol Clube**, onde foi recebido pelos Presidentes da Direcção e da Mesa da Assembleia Geral. Assistiu, SAR, a jogos do 2º FestAnd 2024, e com a Vereadora do Desporto do Município do Porto Dra. Catarina Araújo, entregou os prémios às Equipas vencedoras.



A 23 de Maio, antecedendo as eleições para o Parlamento Europeu, realizou-se um **debate** com diversos candidatos. Foi moderado pelo Prof. Sebastião Feyo de Azevedo, antigo Reitor da Universidade do Porto, e contou com a presença de Francisco Assis (PS), de Sérgio Humberto (AD), de Mariana Nina (Chega) e de Paulo Alcarva (IL).

Em 29 e 30 de Maio, recebemos SAR o Príncipe da Beira e SSAA os Duques de Coimbra, numa primeira visita ao Porto após o seu casamento.

Neste âmbito realizou-se uma visita ao **Museu de Serralves e à nova ala Siza Vieira** orientada pelo director artístico. Antes da visita a Presidente da Fundação de Serralves, recebeu a Família Real tendo sido confirmado o interesse da Fundação se manter como parceiro activo do Prémio Infanta Dona Maria Francisca, organização da Associação Real Social e Cultura, da qual a Família Real é Sócia Honorária, assim como a RAP.



Terminou este dia com um almoço com **Associados e Simpatizantes da RAP no Clube de Leça.**

Em 24 de Junho a Direcção da RAP, a convite da Confraria do Vinho do Porto, assistiu à **Regata dos Barcos Rabelos Integrada nas festas de S. João da cidade do Porto.**



No dia 24 de Setembro a RAP, representada pelo Presidente da Direcção, assistiu, a convite da Mesa Administrativa da Irmandade da Lapa, ao **concerto em celebração das Exéquias em Memória de D. Pedro IV, realizado na Igreja da Lapa.**

A 2 e 3 de Outubro, SA o Senhor Duque do Porto, fez a sua primeira visita oficial ao Porto. **Jantou com as Direcções da RAP e da Juventude Monárquica do Porto, visitou e jogou golfe no Oporto Golf Club, o campo mais antigo da península Ibérica e o segundo mais antigo do continente europeu, onde foi recebido pelo Presidente da Direcção, e visitou o Museu do Futebol Clube do Porto, tendo depois assistido ao jogo FC Porto / Manchester United onde foi recebido pelo Presidente, André Villas-Boas.**



Fecha este ciclo de actividades o **Jantar Anual da RAP** realizado a 8 de Novembro, este por ocasião dos seus 35 anos, onde nos honraram com a sua presença **SSAARR** o Senhor Duque de Bragança e o Senhor Príncipe da Beira, e onde estiveram presentes mais de 100 pessoas, associados e simpatizantes da RAP. Numa muito interessante intervenção, o Senhor Dom Duarte apelou à formação política e à adesão às Reais Associações como forma de aumentar a força do Movimento.



ELEGE NOVOS ÓRGÃOS SOCIAIS

A 1 de Junho de 2024, a JMP elegeu novos órgãos sociais, sendo agora presidente da Direcção Guilherme Catita, antigo presidente da JMP Porto. Os novos órgãos sociais representam a pluralidade da JMP e contam com associados das várias estruturas locais do País (Lisboa, Porto, Trás-os-Montes e Alto Douro, Beira Litoral), de vários partidos (PSD, CDS-PP, IL), mas também independentes e adoptando várias posições sobre a monarquia (constitucionalistas, tradicionalistas, «roialistas»).

Foram dois os objectivos desta candidatura: primeiro, o de modernizar o movimento monárquico e de tomar a Juventude Monárquica mais jovem; segundo, o de pôr a monarquia e o movimento monárquico na ordem do dia da sociedade civil e dos órgãos políticos. Com estes objectivos em mente, a JMP pretende continuar o trabalho da direcção anterior e promover as Conversas sobre a Agricultura tal como criar novas, sobre o Mar e sobre a Arte, redesenhar a Universidade de Verão, aproximar-se de movimentos monárquicos de outros países, desenvolver actividades de cariz solidário, entre muitas outras ideias para o mandato de 3 anos que a JMP tem pela frente.

Estes últimos meses têm sido marcados não tanto por eventos, mas pelo trabalho de fundo da direcção em resolver uma série de problemas burocráticos que existiam há alguns anos na JMP, no tocante ao IPDJ, às suas contas bancárias e aos próprios estatutos da Associação, cuja comissão de revisão voltará a estar ativa ainda no ano de 2024. Ficou também assinalado, este início de mandato, pelas reuniões frutíferas com a RAL e com a RAP, bem como a estreia da nova direcção nas reuniões do Conselho Superior.

Elegeu-se ainda, a 27 de Julho deste ano, a nova direcção da JMP Porto, encabeçada por David Cunha, com o objectivo de assentar nos valores da Coroa e nas tradições portuguesas.

No final de Maio, foi fundado o Núcleo de Estudantes Monárquicos da Universidade do Porto (NEM-UP), dirigido pelo membro da RAP Duarte Babo, com o intuito de aproximar o movimento monárquico aos estudantes e à academia da Universidade do Porto.

DIRECÇÃO DA JMP
Presidente
Guilherme Catita
Vice-Presidente
Duarte Melo de Figueiredo
Vice-Presidente
Margarida Corrêa Martins
Vice-Presidente
António Almeida
Tesoureiro
Rui Ramos
Secretário-Geral
Francisco de Peixoto Leal
Vogais
Salvador Sommer Sacadura
José Maria Matias
Rudi Matheus Guimarães
António Siqueira de Athayde
Carlos Ayres Pereira
Francisca Rocha
Maria Leonor Marques

ASSEMBLEIA GERAL
Presidente
Sebastião Sá-Marques
Vice-Presidente
Francisco Lopes Matias
Secretário
Maria Ana Horta

CONSELHO FISCAL
Presidente do Conselho Fiscal
Jorge Costa Braga
Vogais
Miguel Osório
João Mota Alves



REAL ASSOCIAÇÃO DE VISEU

**Real Associação de Viseu
comemorou o 633.º Aniversário do
Rei Dom Duarte**

A 31 de Outubro, por ocasião do 633.º Aniversário do Rei Dom Duarte, comemorado pela Real Associação de Viseu, teve lugar a Palestra "900 anos do Foral de Dona Teresa à Terra de Viseu", proferida pelo Senhor Dr. Alexandre Azevedo Pinto, no Museu de Grão Vasco.

Seguiu-se uma romagem à estátua do monarca, onde a Real Associação de Viseu e a Freguesia de Viseu, acompanhadas pela Senhora Vereadora da Cultura da Câmara Municipal, lhe prestaram homenagem.





Actividades da Real Associação de Lisboa

Conversas Reais com Carlos Maria Bobone

Na quinta-feira dia 24 de Outubro, decorreu mais um jantar Tertúlia “Conversas Reais”, tendo como convidado especial o jovem escritor, crítico literário e alfarrabista, Carlos Maria Bobone, que apresentou a sua obra “Monarquia - História, doutrinas e heranças”, publicada pela editora Leya em 2023.

Perante uma sala cheia, gerou-se um animado debate com o autor sobre esta sua obra e os elementos monárquicos que permanecem “infiltrados” nos regimes hoje em voga, mesmo nas mais presumidas e autorreferenciadas repúblicas, comprovando a plasticidade do conceito de governo que tem origem nas sociedades pré-históricas, atravessando a história da humanidade até aos dias de hoje.



Vistos de fora

Guzmán Díez, na fotografia com João Lancastre e Távora, obteve a estreita colaboração da Real Associação de Lisboa (RAL), nomeadamente com profusa bibliografia, para o desenvolvimento da sua tese de mestrado sobre o movimento monárquico português, realizada na Universidade Autónoma de Madrid.

No final de Setembro último, quis visitar a nossa sede no Largo de Camões para deixar um exemplar deste trabalho, que passa a constar da biblioteca da RAL.



Visita ao Palácio dos Condes de Óbidos

Decorreu no passado dia 9 de Novembro mais uma sessão dos Roteiros Reais da Real Associação de Lisboa, com uma memorável visita ao Palácio dos Condes de Óbidos. Nesta visita à actual sede da Cruz Vermelha Portuguesa (CVP), especialmente preparada para os nossos associados, tivemos o privilégio de percorrer este edifício com origem no séc. XVII, ver as suas elegantes instalações e azulejaria, conhecer o Museu da CVP, e assistir a um pequeno filme sobre a colaboração de D. Manuel II com esta instituição fundada em 1865 no reinado de Dom Luís I, pelo médico militar José António Marques.

A visita foi acompanhada e guiada pelos anfitriões, o Director Geral, Miguel Cardoso e Cunha, e as senhoras Dras. Luísa Nobre e Isabel Vasconcelos da Direcção de História e Património.



Daqui e Dali

“O maior problema de Portugal é a fragilidade das suas instituições num sistema político de raiz revolucionária, estagnado, afunilado e absolutamente incapaz de se regenerar. Demasiados portugueses foram capturados pelo “progressismo” que assassinou os seus reis, destruiu as suas tradições e truncoou o ensino da sua História.”

João Távora 06.05.23 no Observador



Chefe da Casa Real entrega prémios do *The Duke of Edinburgh's International Award Portugal* no Funchal

Os Paços do Concelho do Funchal acolheram, dia 28 de outubro à tarde, a cerimónia de entrega de prémios do *The Duke of Edinburgh's International Award Portugal*, presidida pelo Chefe da Casa Real Portuguesa, o Duque de Bragança, na qual foram distinguidos, nas categorias de Bronze, Prata e Ouro, mais de 50 jovens madeirenses, com idades entre os 14 e os 25 anos.

Destacou-se ainda a apresentação do 1º Jovem Embaixador do *Award Portugal*, Vítor Tiago Ribeiro de Gouveia, que terá a oportunidade de representar o Funchal e a sua Escola Apel. Trata-se de projeto lançado recentemente, mas contando já com 12 Jovens Embaixadores a nível nacional.

No dia 29 de outubro, foram os Paços do Concelho de Câmara de Lobos a acolher a cerimónia de entrega de prémios do *The Duke of Edinburgh's International Award Portugal*, tendo na ocasião sido distinguidos, nas categorias de Bronze e Prata, mais de 50 jovens camaralobenses.

Fundado em 1988, na cidade do Porto, *The Duke of Edinburgh's International Award Portugal* tem vindo a assumir um lugar social cada vez mais importante e visível. O prémio visa enaltecer as dimensões moral e cívica da formação da juventude, sendo promovido anualmente pelo Chefe da Casa Real Portuguesa, na



qualidade de Fundador e Presidente de Honra.

No âmbito da sua visita à Região Autónoma, o Duque de Bragança pôde ainda ser recebido na Quinta da Vigia pelo Presidente do Governo Regional, Dr. Miguel Albuquerque.

Fontes: Câmara Municipal do Funchal, Câmara Municipal de Câmara de Lobos e Governo Regional da Madeira.



Príncipe da Beira apadrinha aniversário da Real Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Lisboa

Decorreu no dia 18 de Outubro a Sessão Solene do 156.º Aniversário da Real Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Lisboa, na qual esteve presente o Príncipe da Beira, Senhor Dom Afonso de Bragança, em representação da Casa Real, bem como enquanto Oficial Bombeiro Estagiário do Corpo de Bombeiros desta Real Associação.

O Oficial Bombeiro Estagiário Dom Afonso de Bragança foi condecorado com a Medalha de Cobre de 5 anos de Assiduidade e Bons Serviços, tendo entregado condecorações a diversas entidades na qualidade de representante da Casa Real Portuguesa.

Também nesta Sessão natalícia do Corpo de Bombeiros foi condecorado o Professor Doutor António Gentil da Siva Martins por uma vida dedicada ao bem da humanidade como médico.

O Senhor Dom Afonso mantém uma ligação activa no seu Corpo de Bombeiros, evidenciando um carácter humanista de disposição para o serviço e de defesa dos valores da preservação de vidas e bens, preparando-se cada vez mais para servir Portugal, queira Deus que assim seja...



Fotos © Marco de Albuquerque



Chefe da Casa Real Portuguesa com o Santo Padre em Timor

A 9 de Setembro, S.A.R. o Senhor Dom Duarte regressou a Timor pela segunda vez este ano, a convite do Governo Timorense, para poder participar nas Cerimónias Oficiais da visita do Santo Padre, o Papa Francisco.

No dia da chegada do Santo Padre, o Presidente da República de Timor-Leste, José Ramos Horta, ofereceu uma recepção na Residência Oficial, onde participaram os Membros do Governo, Entidades Oficiais e convidados especiais, como S.A.R. o Senhor Dom Duarte de Bragança. Sua Santidade o Papa Francisco referiu-se de um modo muito interessante às raízes históricas Portuguesas na evangelização Timorense e também aos elementos fundamentais da cultura deste povo que o tornaram tão diferente dos arquipélagos vizinhos.

No dia 10 de Setembro, teve lugar a Missa Solene presidida pelo Santo Padre, perante uma multidão de mais de um

S.A.R. o Senhor Dom Duarte aproveitou a sua estadia em Timor para acompanhar alguns projectos que estão a ser desenvolvidos em parceria com a Fundação Dom Manuel II.

milhão de pessoas. O recinto das Cerimónias Religiosas situava-se numa grande esplanada ao lado da Colina onde se encontra a Estátua do Papa São João Paulo II. Fora do recinto, havia várias centenas de milhares de pessoas que, apesar da alta temperatura, cerca de 40 graus, não quiseram perder as Cerimónias que foram transmitidas por grandes ecrãs espalhados ao longo da estrada que levava ao recinto.

Graças aos milhares de chapéus de chuva, amarelos e brancos, as cores do Vaticano, que foram distribuídos, os

Membros do Governo, assim como os Convidados Especiais, como S.A.R. o Senhor Dom Duarte, puderam esperar ao sol por mais de duas horas pelo início das Cerimónias.

O Santo Padre disse aos jornalistas que este tinha sido um dos acontecimentos mais impressionantes no qual tinha participado em muitos anos.

A pedido dos Bispos Timorenses, a Santa Missa foi celebrada em Latim para contornar o problema de existirem duas línguas oficiais em Timor, o Português e o Tétum.

O Santo Padre seguiu para Singapura, num avião A320, da nova companhia aérea AERO DÍLI – Timor-Leste.

É de salientar a preocupação timorense em utilizar e escrever o nome da companhia de aviação em português, e não recorrer a anglicismos como é habitual nos nossos dias.

S.A.R. o Senhor Dom Duarte aproveitou a sua estadia em Timor para acompanhar alguns projectos que estão a ser desenvolvidos em parceria com a Fundação Dom Manuel II e para visitar alguns amigos, como o senhor Presidente da República de Timor-Leste, o Arcebispo de Díli, o Cardeal Virgílio do Carmo da Silva, tendo visitado o Bispo de Baucau em Março último durante a sua viagem à Ásia.

Nos últimos meses, a Família Real viajou para a Grécia onde visitou vários locais históricos. Também participou em vários casamentos no estrangeiro e em Portugal, de familiares e de filhos de amigos.

No mês de Julho, S. A. R. o Senhor Dom Duarte proferiu uma palestra no Círculo Eça de Queiroz sobre o tema "A importância da lusofonia no passado e na nossa época".



Investidura

SAR o Príncipe da Beira, D. Maria Francisca e D. Dinis foram agraciados com a Grã-Cruz de Justiça da Sacra e Militar Ordem Constantiniana, durante a visita a Lisboa de S.A.R. o Senhor Dom Pedro de Bourbon-Duas Sicílias, Duque de Calábria, Grão-Mestre da Sacra e Militar Ordem Constantiniana de São Jorge.

Após a cerimónia de investidura, seguiu-se um jantar no Turf Club, onde cerca de 70 convidados acompanharam S.A.R. o Duque de Calábria, tendo estado presentes S.A.R. D. Isabel, Duquesa de Bragança, S.A.R. o Príncipe da Beira e S.A. o Duque de Viseu.



Família Imperial do Brasil

No passado dia 8 de Novembro, foi Deus servido chamar à Sua Divina Presença Sua Alteza Imperial e Real, o Senhor Dom Antônio de Orleans e Bragança, Príncipe Imperial do Brasil.

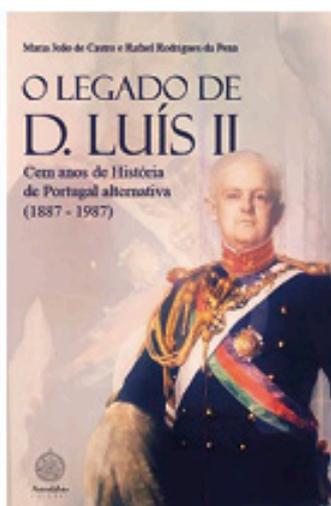
O Correio Real apresenta as suas sentidas condolências à Família Imperial e ao povo irmão do Brasil.

Uma mão cheia de livros

VASCO ROSA

Por uma vez, mude-se o figurino desta secção do Correio Real para pôr em maior evidência que há um crescendo de bibliografia a testemunhar e comentar, enquanto a chancela Razões Reais avança com mais dois livros: uma antologia de Jacinto Ferreira nas páginas do seu jornal *Debãte*; e uma nova e aumentada edição de *A Liberdade Portuguesa*, de Henrique Barrilero Ruas, com prefácio de Manuel Braga da Cruz e alguns textos inéditos em livro. O legado régio e o espírito monárquico em contínua demonstração da sua presença na sociedade portuguesa ao longo dos séculos — e numa perspectiva de actualidade e de futuro para o nosso país.

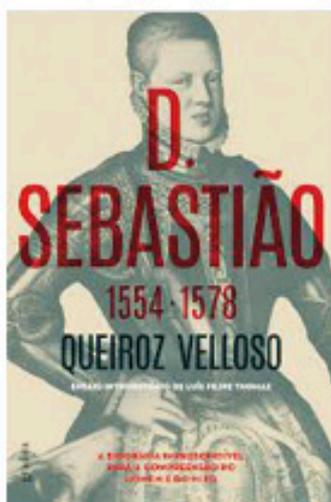
O Legado de D. Luís II. Cem anos de História de Portugal alternativa (1887-1987) de Maria João de Castro e Rafael Rodrigues da Pena (pseud.), Astrolábio Edições, Lisboa, Março de 2024, 491 pp.



Um tiro falhado e a história do futuro seria muito diferente. Com esta premissa, dois autores sob pseudónimo construíram esta narrativa dividida e mutuamente acrescentada em dois livros, algo que António Moniz Palme classifica certamente, no título do seu pós-fácio, como «Sonhar acordado, para fugir à realidade» (p. 171). A realidade desse sonho parece, todavia, bem alicerçada em factos históricos e documentos de época, em diferentes

latitudes. Um «divertimento literário» a duas mãos, ou algo mais, os leitores o dirão por si.

D. Sebastião (1554-1578) de Queiroz Velloso, prefácio de Luís Filipe Thomaz, Gradiva, Lisboa, Outubro de 2024, 475 pp.



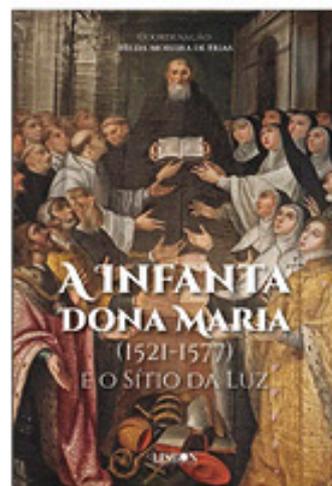
Publicada em 1935, pelo médico e político José Maria de Queiroz Velloso (1860-1952), esta biografia é uma «obra sólida, bem documentada e nas suas linhas gerais fiável» (do prefácio, p. V), a que o reputadíssimo Luís Filipe Thomaz agora soma um ensaio histórico sob a capa formal de prefácio historicamente contextualizador, que, todavia, lhe corre em paralelo. À bibliografia referida na p. VI falta, certamente por lapso de memória, o livro de 786 pp. de Ana

Maria Pinhão Ramalheira, *Alcácer Quibir e D. Sebastião na Alemanha. Representações historiográficas e literárias (1578 – ca. 1800)*, publicado em 2009.

Os capítulos do livro são, sem surpresa, os seguintes: «A regência de D. Catarina de Áustria», «A regência do Cardeal D. Henrique»; «Um Rei de catorze anos»; «O predomínio dos Câmaras e as dissensões da família real»; «Os malogrados casamentos do Rei»; «A primeira jornada de África»; «A obsessão do Rei»; «A corrida para o abismo»; «Nas vésperas da catástrofe»; e «Alcácer Quibir». Conclui assim: «Eram assim afitivas as consequências económicas da derrota de Alcácer Quibir, agravadas ainda pela enorme falta de braços para o amanhã das terras. Mais dolorosas, mais pungentes, foram, porém, as suas consequências políticas» (p. 372) — à que Thomaz se contrapõe, de alguma maneira, assim: «A batalha de Alcácer Quibir travara-se na ausência de Öljü Ali; e como morrera nela o principal candidato pró-turco ao trono de Marrocos, acabou por ser na história marroquina um episódio secundário da luta pelo poder que periodicamente ensanguentava o país. Quem mais sofreu com tudo isto, alfim, foi Portugal — pois tanto o Almagrebe como a Europa lograram preservar a sua liberdade, sem que a última tenha sido forçada a transmutar-se para o Peru... [referência a verso de Camões]... | Ao fim e ao cabo, talvez a auto-imolação de D. Sebastião não tenha sido inteiramente inútil...» (p. XXVI).

A Infanta Dona Maria (1521-1577) e o Sítio da Luz de Hilda Moreira de Frias (coord.), Lisbon Press, Lisboa, 2024, 244 pp.

Realizado, em Maio de 2022, um colóquio com doze comunicações sobre o tema em título passou a letra de forma neste livro, organizado em três capítulos lógicos (A Infanta; Nossa Senhora da Luz; A Infanta e o Sítio da Luz), para assinalar os 500 anos do nascimento da Infanta D. Maria — «a mais bela, mais brilhante e mais rica Princesa Europeia» do seu tempo e «talvez a maior mecena das artes no século XVI» (p. 8), cujo célebre retrato



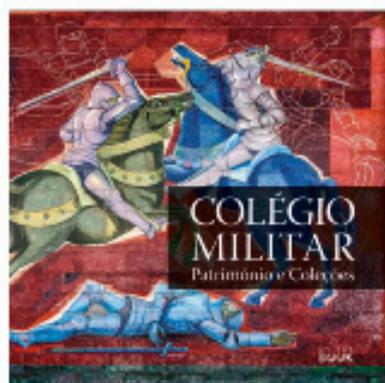
por Antonio Moro (c. 1552) está no Monasterio de las Descalzas Reales, em Madrid (e é objecto de estudo por Annemarie Jordan Gschwend). O de Antoine Trouvéon (1542) pertence ao Musée Condé, em Chantilly. D. Maria morreu em 1577, no Castelo de São Jorge, em Lisboa, «tudo indica» (Drummond Braga, p. 156) devido a um «problema hepático». Foi sepultada no mosteiro da Madre de Deus, em Xabregas, e vinte anos depois (1597) os seus ossos foram trasladados para a capela-mor da igreja da Luz, onde nenhuma outra sepultura seria admitida.

Dois ensaios abordam a música sacra de Frei Fernando de Almeida e um outro o livro e novenas do padre

Paulo Francisco Gomes da Costa, pois «o Mosteiro de Nossa Senhora da Luz em Carnide era local de grande peregrinação dos que do além-mar chegavam e dos que para além-mar partiam» (Carvalho Cota, p. 89). Esta investigadora faz saber que «a grande maioria dos manuscritos musicais e livros de coro e polifonia que formavam a livraria musical do Mosteiro da Luz [...] devem-se ter irremediavelmente perdido durante o nefasto fenómeno de 1755» (p. 102). A escultura de madeira *Nossa Senhora da Luz* do século XIII (p. 110) foi estudada, inclusive com um exame radiográfico, mas também a colecção de 34 vestidos antigos, identificados como do início do século XVII até ao XVIII, maioritariamente tecidos de cetim de seda e gorgorão (p. 126).

A Infanta D. Maria, segurando pote de perfumes caros, foi figurada como Maria Madalena, de acordo com a eminente historiadora da arte Sylvie Deswarte-Rosa (p. 167). Também aparece representada, ainda criança, no quadro de Francisco de Holanda *Nossa Senhora de Belém*, que está no Museu Nacional de Arte Antiga — houve, ainda, um retrato «ao natural», de 1541-45, «que se perdeu» (p. 170). Mesmo postumamente, «a pedido dos seus testamenteiros» (p. 171) D. Maria figura em dois quadros religiosos, criados para o Mosteiro da Luz, um dos quais ocupa o retábulo do altar-mor da capela do Colégio Militar (antes capela do Hospital de Nossa Senhora dos Prazeres, na Luz, inaugurado em 1618), seu panteão. O dito hospital, obra sua ainda que póstuma (começou a ser erguido em 1601), está representado no outro quadro referido. Na igreja, a Infanta recebe «peregrinos, pobres e enfermos» (p. 182), mas o hospital, erguido no terreno de um antigo olival, é já um edifício autónomo que «reflecte o programa de secularização progressiva dos hospitais da idade moderna» (Ataide, p. 213), mas em que a centralidade e elevação da respectiva capela permitia que «os doentes nas enfermarias, bem como todos os oficiais que se encontrassem no espaço do claustro e restante edifício, pudessem usufruir do ofício divino» (p. 215). Tudo somado, «o conjunto religioso e hospital da Luz reflecte reformas teológicas, inovações arquitectónicas e artísticas, tensões políticas e sociais, histórias de crenças próximos e longínquos, contentamentos e milagres, vicissitudes humanas e naturais que viriam a moldar o território do Sítio da Luz» (p. 221).

Colégio Militar: Património e colecções de Marco Fortunato Arrifes, fotografias de Sérgio Garcia, By the Book, Lisboa, 2024, 160 pp.



Fundado em 1802, em Oeiras, pelo marechal António Teixeira Rebelo (1750-1825), o Real Colégio Militar, que todos conhecemos nas instalações no Palácio Mesquitela, na Luz, em Lisboa — onde está desde 1823 (em regime de arrendamento) e 1899 (quando

foi adquirido) — passou por vários locais, de Mafra a Oeiras e a Carnide, até vir para o velho convento da Ordem de Cristo, onde foi criado um pequeno pica-deiro coberto em 1958-59. O crescimento da escola em regime de internato levou ao seu alargamento até à contígua Quinta de Santo António, ou das Belgas, em 1939, com carácter definitivo a partir de 1952. A Biblioteca do Colégio Militar — com mobiliário encomendado sob medida, em 1914, à então prestigiada Escola Industrial Marquês de Pombal, a Alcântara (quem não gostaria de ter em sua casa o belo fichário da p. 69...?) — possui livros antigos vindos de Alcobça e de alguns mosteiros lisboenses, um espólio de 30 mil volumes adquiridos ou doados, e o seu Museu possui uma secção histórica de materiais militares (alguns dos quais, pela dimensão, expostos a céu aberto), material pedagógico, espólios de antigos directores e alunos, e uma secção de história natural, portuguesa e africana. «Até [Outubro de] 1910 a Sala de Armas esteve guarnecida com bustos de alguns monarcas, mas depois da revolução republicana eles foram substituídos por estandartes representando a evolução da bandeira nacional, aos quais ainda se acrescentaram diversas peças de artilharia, panóplias nas paredes, lanças e alabardas» (p. 53; *sem surpresa, deve dizer-se...*). Também ficamos a saber que, na louça mantida em uso, o monograma do Colégio, com a coroa real, «foi encoberto por uma camada de tinta verde» (p. 76), com o «belo efeito» que se imagina...

Os autores perceberam que à história da instituição faltava uma atenção específica ao seu património artístico, pesem embora alguns trabalhos identificados na bibliografia final, de pouco impulso recente. Nos jardins do Palácio Mesquitela, há painéis azulejares de motivos neoclássicos, como variadas alegorias às artes e as muito reconhecíveis «figuras de convite» (que são criados armados — não são militares, portanto, e sobre isso nada haveria a fazer...). Fica, todavia, por referir (e explicar a sua omissão) a escultura contemporânea de Rui Chafes (1966-) colocada em pleno jardim, bem visível a quem passa no Largo da Luz, a qual é provavelmente o tributo dum antigo aluno à escola que o formou — e que ele não esqueceu...

Centenário do Exílio de Carlos de Habsburgo. Um percurso pelos acervos do Arquivo e Biblioteca da Madeira de Paulo Miguel Rodrigues e Cátia Vieira Pestana, Secretaria Regional de Turismo e Cultura, Funchal, 2022, 196 pp.

Demonstrando que a Região Autónoma da Madeira se sente honrada por ter sido escolhida pelo monarca austro-húngaro para o seu exílio entre 1921 até à morte, um ano depois, devido a tuberculose, é com notório brio que procede à divulgação pública dos documentos pertencentes às suas instituições patrimoniais e contendo relatos dessa situação bem como do modo generoso pelo qual Carlos de Habsburgo —



«herdeiro de uma Viena moderna, de um Império de dimensão europeia e verdadeiramente multinacional», lê-se à p. 21 — retribuiu a hospitalidade, concedendo à ilha da Madeira uma parte do seu legado pessoal e estando sepultado na igreja de Nossa Senhora do Monte, com a permissão dos seus herdeiros. As páginas dedicadas às exéquias do antigo imperador são impactantes. A edição bilingue facilita muito o interesse internacional por este arquivo português. De lembrar que a Bertrand acaba de publicar *A Última Imperatriz: Zita de Bragança*, de Maria João Fialho Gouveia (352 pp.).

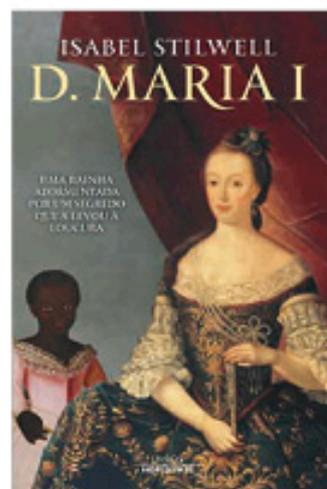
Espelhos de Mercúrio. A representação do comércio nas Monarquias Ibéricas, 1500-1800 de Pablo Sánchez León, Carla Vieira e Nina Vieira, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2024, 322 pp.



Actas do congresso internacional homónimo, realizado em Lagos, em Novembro de 2020, com três mesas temáticas: Representação social e identidade dos comerciantes; Representação política e institucional; e Representação estética e simbólica — em territórios peninsulares, europeus e imperiais, da América do Sul à Ásia e à África.

D. Maria I. Uma rainha atormentada por um segredo que a levou à loucura de Isabel Stilwell, Livros Horizonte, Lisboa, 2022, 654 pp.

Oitavo livro dedicado a uma figura feminina da Família Real portuguesa, pela autora de romances históricos de maior sucesso em Portugal.



Daqui e Dali

“O Partido Republicano em Portugal nunca apresentou um programa, nem verdadeiramente tem um programa. Mais ainda, nem o pode ter: porque todas as reformas que, como Partido Republicano, lhe cumpriria reclamar já foram realizadas pelo liberalismo monárquico. (...) A república não pode deixar de inquietar o espírito de todos os patriotas.”

Eça de Queirós, «Novos Factores da Política Portuguesa», *Revista de Portugal*, Volume II, Abril de 1890

Ofertas de Natal !

Visite-nos em reallisboa.pt



Bloco de notas A5 com Armas Resis gravadas Oferta de Estrográfrica



Copos de Café com Armas Resis



Garrafa com Armas Resis



Isqueiro com Armas Resis



Canil de Bolso com Armas Resis



As suas compras da forma mais confortável. Faça a leitura deste Código QR

Restauradores

Uma praça para lembrar 1640

SALVADOR MORAIS

A Avenida da Liberdade é um dos eixos mais relevantes da cidade de Lisboa, uma marca na cidade.

Hoje é uma avenida de referência para os sectores do imobiliário e do comércio, com uma vida permanente e que se veste a rigor para os mais variados eventos e festas. Desde as marchas populares que, em Junho, enchem a Avenida de cor e alegria até ao Natal onde as principais iluminações temáticas cintilam e lhe dão um glamour especial.

Desde sempre frenética e cosmopolita, onde a sociedade vive e se cruza, entre o pregão que se ouve, o banqueiro que sobe a avenida, o empresário que a desce, o político que a atravessa, o táxi que pára à porta do hotel, o artista que se dirige para o parque Mayer ou para o teatro Tivoli, juntam-se pessoas que procuravam e procuram as mais notáveis lojas da cidade.

Qual é a génese urbanística da Avenida?

A imagem de outros eixos viários importantes da cidade de Lisboa, como a Avenida Almirante Reis e a Avenida Infante Santo, a Avenida da Liberdade nasce perpendicular ao Rio Tejo, porque foi erguida sobre uma Ribeira que nascia

no Alto do Parque Eduardo VII e descia para o rio, factor que explica a sua dimensão e amplitude.

Lê-se, em alguns autores, que haveria na zona dos Restauradores uma área de alagamento que permitiu a construção desta praça.

Tal como em outras capitais europeias, nasce a ideia de fazer uma avenida à imagem do Passeio Público e das grandes avenidas de Paris, que tivesse as suas extremidades marcadas por duas praças grandes e emblemáticas.

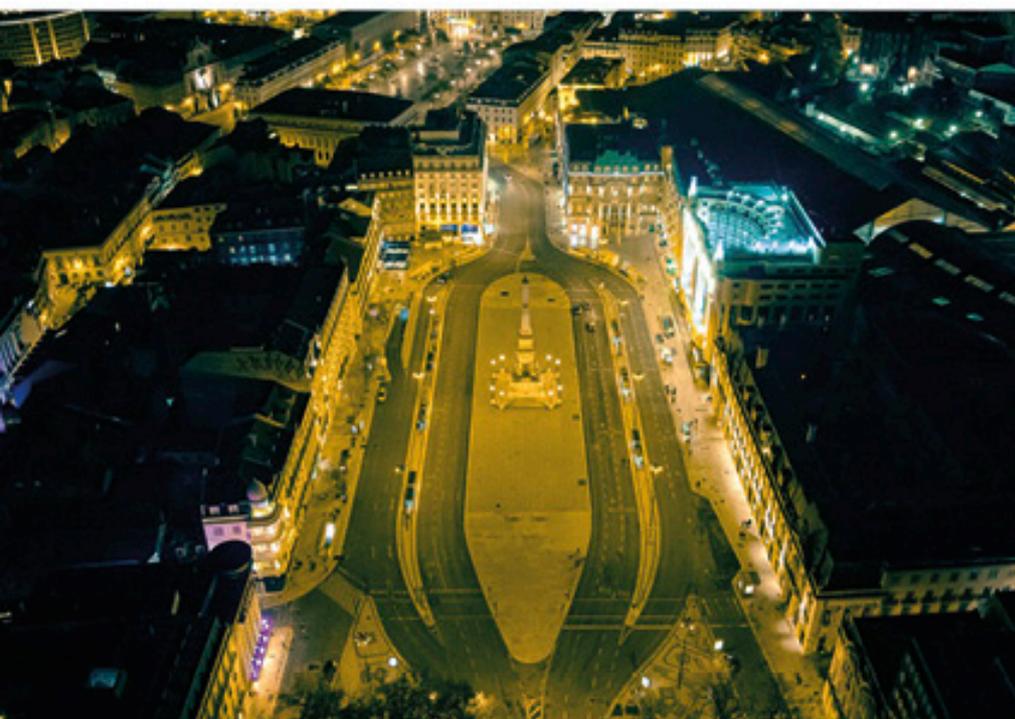
Já na segunda metade do séc. XIX, pelas mãos de Alfredo Freire de Andrade, surge o projeto de expansão da Avenida que corresponde ao troço que liga a Praça dos Restauradores à Praça Marquês de Pombal. Define-se, assim, uma via de estilo romântico, larga, ampla, com várias faixas de circulação, com passeios de dimensão generosa com vegetação que incentivam a caminhar e, em determinados momentos, a simplesmente estar.

Para celebrar o Primeiro de Dezembro de 1640, foi criada uma praça de dimensões generosas, revestida a calçada, que marca o arranque da subida e assinala a passagem da Baixa para a Avenida. A praça é larga e encontra-se confinada por vários edifícios relevantes como o Edifício do Teatro Eden, o Hotel Avenida Palace e o Palácio Foz, entre outros.

O Monumento aos Restauradores, escultura com 30 metros de altura, inaugurado a 28 de Abril de 1886, que terá custado na época a extraordinária quantia de 45 contos de réis, é o elemento definidor da praça. De planta rectangular irregular, estende-se na vertical em direção aos céus, num gesto claro de agradecimento a Deus pela vitória. De plinto em plinto, em calcário de dimensões diferentes e diferente volumetria, o monumento vai contando a história dos vários confrontos havidos entre Portugueses e Espanhóis, que culminaram na Restauração da Independência. Em Bronze, encontramos coroas de louro - símbolo da vitória, duas panóplias e duas figuras que representam o espírito guerreiro dos nossos heróis.

Aquela comemoração permanente da Restauração de Portugal será também, sempre, uma evocação constante do conseqüente início da Dinastia de Bragança.

O Monumento aos Restauradores, escultura com 30 metros de altura, inaugurado a 28 de Abril de 1886, terá custado na época a extraordinária quantia de 45 contos de réis




MAILLE

A REAL MOSTARDA DIJON

